



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA

**Departamento de
Arquitetura e Urbanismo**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

NOVEMBRO DE 2012



**Arquitetura
e Urbanismo**
UFJF

COORDENAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Campus Universitário, Martelos, Juiz de Fora/MG, CEP: 36036-330

Tel: (32) 2102-3403

E-mail: coordarq@arquitetura.ufjf.br

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

COLEGIADO:

Coordenação do curso:

- Letícia Maria de Araújo Zambrano (de 25/11/2010 até o presente)

Vice coordenação do curso:

- Klaus Chaves Alberto (de 25/11/2010 até o presente)

Representantes da área de Projeto:

- Mauro Santoro Campello (de 25/11/2010 a 05/04/2011),
- Guilherme Figueiredo (de 07/06/2011 a 05/06/2012),
- Gustavo Abdalla (20/09/2012)

Representantes da área de Urbanismo:

- Antônio Ferreira Colchete Filho (de 25/11/2010 a 20/03/2011);
- Luciane Tasca (de 24/04/2012 até o presente)

Representante da área de Tecnologias:

- Pedro Kopschitz Xavier Bastos (de 25/11/2010 até o presente)

Representantes da área de Meios de Expressão:

- Jorge Arbach (de 25/11/2010 a 07/06/2011),
- Frederico Braidia Rodrigues de Paula (de 28/06/2011 até o presente)

Representante da área de História e Teoria:

- Antônio Agenor Barbosa (de 25/11/2010 até o presente)

Representantes discentes:

- Beatriz Elena de Assis Moreira (de 25/11/2010 a 20/03/2012)
- Fabrício Zanolli (de 25/11/2010 a 25/08/2011),
- Paulo Stuart (de 25/11/2010 a 25/08/2011),
- Marina Annes (de 25/08/2011 a 08/11/2011),
- Bruna Martins (de 06/09/2011 a 20/03/2012),
- Matheus de Mello Albuquerque (de 22/11/2011 a 20/03/2012),
- Joao Pedro Otoni (de 10/04/2012 até o presente)
- Marcela Carvalho (de 10/04/2012 até o presente)
- Paula Vasconcelos (de 24/04/2012 até o presente)

Representantes dos funcionários:

- Roberto Dias (de 20/09/2012 até o presente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Coordenação do curso:

- Letícia Maria de Araújo Zambrano (de 28/03/2012 até o presente)

Chefia do Departamento de Arquitetura e Urbanismo:

- José Gustavo Francis Abdalla (de 28/03/2012 até 10/10/2012)
- Luciane Tasca a partir de (10/10/2012)

Representante docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo:

- Jorge Mtanios Iskandar Arbach (de 28/03/2012 até o presente)

Representante da área de Tecnologia:

- Álvaro Motta (de 28/03/2012 até o presente)

Representante da área de Ciências Sociais Aplicadas:

- Beatriz de Basto Teixeira (de 28/03/2012 até o presente)

Representantes dos funcionários:

- Jussara Rodrigues (de 28/03/2012 até o presente)

PROFESSORES VINCULADOS AO CURSO

(direta ou indiretamente colaboraram para este documento)

FACULDADE DE ENGENHARIA

Diretor: Hélio Antônio da Silva

Vice-diretor: Marcos Borges

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - AUR

Chefia: Luciane Tasca

- Aline Calazans Marques
- Antônio Agenor De Melo Barbosa
- Antônio Ferreira Colchete Filho
- Douglas Montes Barbosa
- Elvira Luiza Arantes Ribeiro
- Emmanuel Sá Resende Pedroso
- Fabiana Mendes Tavares
- Fabio Jose Martins De Lima
- Fabrício Rezende Fontenelle
- Fernando Tadeu Araújo Lima
- Frederico Braidia Rodrigues de Paula
- Jorge Mtanios Iskandar Arbach
- José Gustavo Francis Abdalla
- Júlia Hallack Sanção
- Klaus Chaves Alberto
- Letícia Maria De Araújo Zambrano
- Livia Ribeiro Abreu Muchinelli
- Luciane Tasca
- Luiz Alberto do Prado Passaglia
- Mariana Dominato Abrahao Cury
- Mauro Santoro Campello
- Milena Andreola De Souza
- Monica Cristina Henriques Leite Olender
- Natália Oliveira Nogueira
- Raquel Dias Vieira Braga
- Raquel Von Randow Portes
- Rogério Amorim Do Carmo
- Sueli Mello Braga

Departamento de Transportes e Geotecnia – TRN

Chefia: Marcio Marangon

- José Castañon
- Mitsuo Tsutsumi

Departamento de Construção Civil - CCI

Chefia: Mauricio Leonardo Aguilar Molina

- Aparecida Hippert
- Pedro Kopschitz Xavier Bastos

Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental - ESA

Chefia: Maria Helena Gomes

- Marconi Fonseca de Moraes
- Maria Helena Gomes

Departamento de Energia Elétrica - ENE

Chefia: Joao Alberto Passos Filho

- Juarez Velasco

Departamento de Estruturas – ETU

Chefia: Miguel Paoliello Pimenta

- Álvaro Façanha de Almeida Motta
- Dario Vaca Diez Busch
- Juliane Cristina Goncalves
- Miguel Paoliello Pimenta
- Paulo Roberto Mianna

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH

Diretor: Eduardo Salomão Condé

Vice-diretor: Altemir José Gonçalves Barbosa

Departamento de Ciências Sociais – CSO

Chefia: Leonardo Silva Andrada

- Beatriz de Basto Teixeira

Departamento de Geociências – GEO

Chefia: Ricardo Tavares Zaidan

- Felipe Bissagio

Departamento de História - HIS

História da Arte: Vanda Arantes do Vale

- Marcos Olender

FUNCIONÁRIOS VINCULADOS AO CURSO

(direta ou indiretamente colaboraram para este documento)

- Roberto Dias
- Jussara Rodrigues
- Cristina Girardi (secretária da Direção da Faculdade de Engenharia)
- Carlos Guilherme (secretário da Engenharia)
- Lícia Fajardo (secretária da Engenharia)

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor: Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Vice-reitor: José Luiz Rezende Pereira

Secretaria de Desenvolvimento Institucional:

- Rosa Sakamoto
- Lara Felix Pinheiro
- Joyce Keli do Nascimento Silva

PROFISSIONAIS QUE DERAM APOIO NA REDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO DOCUMENTO

- Jorge Mtanios Iskandar Arbach
- Joyce Keli do Nascimento Silva
- Rita Couto

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (PPC), da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O curso, implantado no ano de 1992, completa em 2012 vinte anos de sua criação, quando temos a satisfação de publicar este documento, que consolida um longo e rico processo de maturação desde seu reconhecimento, em 1999, tendo passado por etapas de evolução visando melhorias e adequações às diretrizes do MEC.

O documento, ao mesmo tempo em que explicita um projeto pedagógico que vem sendo construído ao longo desta trajetória, contribui com uma reestruturação que objetiva atender a demandas atuais de nossa sociedade, às últimas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC, aos requisitos para plena atuação profissional de acordo com o estabelecido pelo recentemente criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, a padrões de qualidade para cursos de Arquitetura e Urbanismo propostos pela ABEA – Associação Brasileira de ensino de Arquitetura (2011). O PPC também busca atender a demandas reconhecidas para uma melhor formação de nossos egressos, com suas particularidades e características específicas de atuação.

A reestruturação curricular, além dos objetivos maiores mencionados anteriormente, foi desenvolvida para atender a objetivos específicos de adequação da estrutura até então vigente, onde a oferta de disciplinas limitava-se a uma grade obrigatória, formada por uma rede de pré-requisitos um tanto rígida, sem disciplinas opcionais (eletivas e optativas), sem Estágio Curricular Supervisionado e sem atividades complementares extracurriculares. Estes aspectos foram apontados pelo MEC, na avaliação realizada em 2010, como pontos críticos na dimensão didático-pedagógica.

O documento foi redigido pelos membros do Colegiado do Curso, que inclui professores representantes de áreas (Representação e Expressão; Teoria e História; Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; e Tecnologia), representantes discentes e representante dos funcionários técnico-administrativos. Cada área, por sua vez, conduzida por seu representante, reuniu-se para elaborar suas respectivas contribuições. A redação de ementas de novas disciplinas ou de modificação de conteúdo de disciplinas existentes contou com a participação dos professores por elas responsáveis e chefes de departamentos. Onde não houve um consenso em relação a mudanças até o presente, permanecem as ementas originais, que poderão ser revistas mais adiante. Vale ainda destacar que o presente PPC tomou também por base um documento descritivo do curso elaborado na coordenação precedente, bem como textos avulsos de professores do curso, de momentos anteriores a esta reestruturação.

Trata-se de um trabalho longo, desenvolvido com muita dedicação e esforço durante dois anos. Este documento preenche uma lacuna histórica do curso que, até então, não possuía uma explicitação de seu projeto pedagógico. Neste sentido espera-se que possa servir não apenas como instrumento de reformulação e modernização da atual estrutura curricular do curso, mas, principalmente, como base de apoio para o desenvolvimento de novas interpretações a respeito da formação de Arquitetos e Urbanistas na UFJF.

Juiz de Fora, 06 de novembro de 2012

Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo

SUMÁRIO

1	A CIDADE DE JUIZ DE FORA.....	9
1.1	TRAJETÓRIA	9
2	O CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	10
2.1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	10
2.1.1	ÂMBITO UNIVERSITÁRIO.....	10
2.1.2	MISSÃO, OBJETIVOS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO	15
2.1.3	COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	16
2.1.4	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO	16
2.1.5	ESTRUTURA E GESTÃO	18
2.1.6	SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	20
2.1.7	REGULAMENTO ACADÊMICO.....	21
2.1.8	PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES	21
2.1.9	AUTOAVALIAÇÃO	22
2.1.10	BOLSAS DE ESTUDO	24
2.1.11	PROGRAMAS DE FOMENTO	27
2.1.12	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	29
2.2	FACULDADE DE ENGENHARIA DA UFJF	33
2.2.1	HISTÓRICO	33
3	O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO.....	38
3.1	CONTRIBUIÇÕES PARA A MEMÓRIA DO CURSO.....	38
3.2	PERFIL DO EGRESSO.....	41
3.3	OBJETIVOS	43
3.3.1	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	44
3.3.1.1	AS COMPETÊNCIAS	44
3.3.1.2	OS CONHECIMENTOS.....	44
3.3.1.3	AS HABILIDADES	44
3.4	ESTRUTURAÇÃO ACADÊMICA	45
3.4.1	ESTRUTURA CURRICULAR.....	45
3.4.1.1	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	50
3.4.1.1.1	DISCIPLINAS DE PROJETO	50
3.4.1.1.2	DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E TEORIA	53
3.4.1.1.3	DISCIPLINAS DE REPRESENTAÇÃO E EXPRESSÃO GRÁFICA.....	54
3.4.1.1.4	AS DISCIPLINAS DE TECNOLOGIA.....	55
3.4.1.2	DISCIPLINAS OPCIONAIS.....	58
3.4.1.3	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	59
3.4.1.4	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	61
3.4.2	ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	64

3.4.3	FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	65
3.4.4	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	67
3.4.4.1	PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO AUR	69
3.4.5	MECANISMOS DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR.....	75
3.4.6	INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	76
3.5	COMUNIDADE DO CURSO	77
3.5.1	ESTUDANTES	77
3.5.1.1	FORMA DE ACESSO.....	77
3.5.1.2	APOIO.....	77
3.5.1.3	REGULAMENTAÇÃO.....	78
3.5.1.4	MOBILIDADE E INTERCÂMBIO.....	78
3.5.1.4.1	MOBILIDADE ACADÊMICA.....	78
3.5.1.4.2	INTERCÂMBIO	78
3.5.1.5	CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO....	79
3.5.2	GRADUADOS	83
3.5.2.1	OFERTA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....	83
3.5.2.2	MONITORAMENTO DOS GRADUADOS	83
3.5.3	DOCENTES	83
3.5.3.1	INGRESSO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO	83
3.5.3.2	INTEGRAÇÃO, DEDICAÇÃO E PERFIL	85
3.5.4	PESSOAL DE APOIO	85
3.6	INFRAESTRUTURA.....	85
3.6.1	CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	85
3.6.1.1	QUANTIDADE E DISPONIBILIDADE	88
3.6.2	BIBLIOTECA	89
3.6.3	POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE.....	92

1 A CIDADE DE JUIZ DE FORA¹

1.1 TRAJETÓRIA

A nomeação da cidade de Juiz de Fora data de 1865, mas, o primeiro passo para o povoamento da região se estabeleceu com a construção da Fazenda do Alcaide-mor e, posteriormente, com o estabelecimento da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, em 1820. A fazenda fora construída por Thomé Corrêa Marques, genro do filho de Fernão Dias, o célebre desbravador das terras mineiras. Trinta anos após o crescimento do povoado ao redor da fazenda, a vila foi elevada a categoria de cidade e, mais adiante, recebeu o nome definitivo de Juiz de Fora.

O nome da cidade gera muitas dúvidas quanto a sua origem. Alguns estudos indicam que um Juiz de Fora - magistrado nomeado pela Coroa para atuar nas regiões em que não havia juiz de direito - esteve de passagem na região e hospedara-se nos arredores de onde, mais tarde, surgiria o povoado Santo Antônio do Paraibuna.

Os caminhos se cruzaram e desenharam a história e o destino da cidade. Tudo começou com o Caminho Novo, que tornou mais rápida a comunicação entre as minas de ouro e o porto do Rio de Janeiro. Em 1835, um engenheiro alemão, Henrique Halfeld, construiu a Estrada do Paraibuna, que fazia parte de um projeto mais amplo que pretendia ligar Vila Rica (atual Ouro Preto) ao Rio de Janeiro. Esta estrada desempenhou um importante papel no desenvolvimento de Juiz de Fora. Por ela passa hoje a Avenida Rio Branco, a principal da cidade.

A região do povoado de Santo Antônio do Paraibuna possuía uma cafeicultura bastante desenvolvida. Com o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a Província de Minas, destinando-se ao transporte de café, foi construída a Estrada União e Indústria, em 1861, ligando Juiz de Fora a Petrópolis. A estrada possibilitou a imigração de alemães, que criaram curtumes, fundições e malharias, as quais contribuíram para o crescimento industrial da cidade.

No século XIX, Juiz de Fora se tornou um dinâmico centro econômico, político, social e cultural. Em 1889, com a inauguração da Usina de Marmelos Zero, a primeira hidrelétrica de grande porte da América Latina, a cidade ficou conhecida como o “Farol de Minas”. Juiz de Fora chegou ainda a ser a cidade mais importante do estado, devido ao forte desenvolvimento do setor industrial conseguido durante a época em que era chamada de “Manchester Mineira”.

¹ - Fonte: <http://www.ufjf.br/portal/universidade/a-cidade/>. Acessado em (22/10/2012).

Juiz de Fora está situada na Zona da Mata Mineira, estrategicamente localizada entre as mais importantes capitais da Região Sudeste: São Paulo (506 Km), Rio de Janeiro (184 Km), e Belo Horizonte (272 Km). Contando com uma população de mais de meio milhão de habitantes, a cidade ocupa, hoje, lugar de referência no estado de Minas Gerais em qualidade de vida e investimentos. Além de contar com uma das mais altas expectativas de vida do Brasil, Juiz de Fora é uma das primeiras cidades no ranking dos municípios brasileiros onde se pode viver com mais segurança, segundo dados do levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A cidade se destaca ainda no ranking de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU), e possui um dos maiores níveis de salário médio por trabalhador do interior do estado. A cidade se revela ainda como um importante centro regional cultural, oferecendo a seus visitantes e moradores diversas opções de lazer e entretenimento, onde se incluem cinemas, teatros, museus e uma agitada vida noturna. Além disso, são realizados, ao longo do ano, diversos eventos culturais e artísticos, como o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, e o Pró-Jazz.

Todas estas particularidades citadas acima demandam manifestações arquitetônicas e urbanísticas próprias e diversificadas que vão da produção de novas edificações e áreas urbanas até a conservação de um dos conjuntos arquitetônicos mais significativos de Minas Gerais da virada dos séculos XIX e XX. Esta conjuntura serve de pano de fundo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Portanto, Juiz de Fora é o principal estudo de caso do Curso, o qual se encontra devidamente contextualizado nos referenciais teóricos das áreas de conhecimento que integram a matriz curricular da estrutura pedagógica vigente.

2 O CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

2.1.1 ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada no ano de 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek. A formação da Instituição se deu com a agregação de estabelecimentos de ensino superior de Juiz de Fora, reconhecidos e federalizados.

Num primeiro momento, a Universidade oferecia os cursos de Engenharia, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Depois, foram também

vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História.

Em 1969 foi construída a Cidade Universitária a fim de concentrar todos os cursos em um único local. Os cursos de Licenciatura foram distribuídos entre as diversas unidades do campus. No mesmo ano nasceu o curso de Jornalismo, inicialmente vinculado ao Departamento de Direito.

Na década de 70, com a Reforma Universitária, a UFJF passou a contar com três Institutos Básicos: o Instituto de Ciências Exatas - ICE, o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL).

No ano de 1986, a Instituição realizou o primeiro encontro de iniciação científica, atuando no sentido de despertar a vocação científica e incentivar novos talentos. A criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo se insere neste contexto no início da década de 1990, em 1992, por conta de uma mobilização da sociedade organizada de Juiz de Fora, sobretudo dos setores ligados a construção civil. Em seguida, no ano de 1999, foi criado o Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde passaram a funcionar os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina.

No ano de 2006, com o objetivo de elevar a qualificação profissional dos acadêmicos da área de saúde e ampliar atendimento à comunidade externa, é construído um novo hospital de ensino, o Centro de Atenção à Saúde (CAS). Ainda no mesmo ano duas novas unidades foram criadas: o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras.

Em seus 52 anos de existência, a Universidade Federal de Juiz de Fora conta com um desenvolvimento pleno, através do cumprimento de seu papel como disseminadora de conhecimento e cultura. Atuando entre os pilares do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, a UFJF tem como metas primordiais a busca da excelência na formação acadêmica e o estabelecimento do intercâmbio entre a instituição e a sociedade, em um exercício de contribuição mútua através da troca de saberes. Além disso, por estar inserida em um importante polo regional - a Zona da Mata Mineira - a UFJF tem atuado como importante elemento na promoção do desenvolvimento regional, através da formação de recursos humanos qualificados e da transferência de tecnologia. Hoje, a UFJF conta com 18 unidades acadêmicas, oferecendo 39 cursos de graduação, cursos de especialização, residência, mestrados e doutorados, além de promover o ensino Fundamental e Médio, através do Colégio de Aplicação João XXIII.

Também mantém o Hospital Universitário (HU), que é um local de ensino e treinamento para estudantes dos cursos de Medicina, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Farmácia e Bioquímica, Enfermagem e Serviço Social. Além dos cursos oferecidos pela UFJF nas modalidades graduação e pós-graduação, a Instituição, em parceria com governos municipais, estadual e federal, vem desenvolvendo o programa de Educação a Distância (EAD), visando à universalização e democratização do acesso ao conhecimento. São oferecidos 8 cursos à distância de graduação e cinco de pós-graduação, que somam cerca de 5 mil alunos em 30 polos de apoio presencial.

Em relação à Pesquisa, a UFJF possui uma produção significativa e, com o objetivo de promover o processo de iniciação à ciência e de integração dos alunos de ensino médio com a pesquisa, há a oferta de bolsas de iniciação científica - Programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR), sob a orientação de docentes, mestres e doutores, criando uma pirâmide de ensino. São desenvolvidos programas de fomento em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Esses programas ajudam na formação de indivíduos bem qualificados profissionalmente. A Universidade também concede bolsas de apoio ao recém-doutor.

A Instituição conta ainda com órgãos vinculados à pesquisa, oferecendo à comunidade acadêmica uma infraestrutura adequada e profissionais altamente qualificados, para o desenvolvimento de atividades de pesquisas, ensino e extensão. São eles: o Centro de Biologia da Reprodução (CBR), o Centro de Pesquisas Sociais (CPS), o Arquivo Histórico, a Editora UFJF, o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt), o Núcleo Softex - Agrosoft, o Centro de Estudos Ibero Americano (CEIA) destinado à pesquisa ao tema Ibero-Americano e as Empresas Juniores.

No âmbito cultural, a UFJF também investe na dinamização de espaços culturais e promove talentos para manter a comunidade universitária atualizada quanto às ações culturais em Juiz de Fora e região. Atualmente, a UFJF conta com sete museus, um teatro e dois prédios destinados à promoção de atividades artísticas e culturais. Além disso, são vinculados à Instituição o Grupo de Teatro Divulgação, o Coral Universitário e o Grupo de Dança da Faculdade de Educação Física e Desporto (FAEFID).

Em um esforço de unir ensino, pesquisa e extensão, a UFJF desenvolve vários projetos junto à comunidade externa, o que reforça sua imagem de instituição comprometida com o desenvolvimento, com a educação e com a sociedade.

A UFJF tem hoje um papel importante na cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira e Vertentes, constituindo-se como referência para a formação de profissionais, desenvolvimento e inovação de tecnologias, pesquisa, extensão e prestação de serviços, principalmente nas áreas de tecnologia, saúde e educação.

Atualmente a UFJF passa por um programa de expansão e reestruturação, o REUNI/2008. Este plano foi aprovado em 2007 com a previsão de criar mais de 300 novas vagas na instituição.

A partir de 2007 e durante todo o ano de 2008, a Comissão Executiva planejou e coordenou ações para discussão, aprovação e implantação do Plano de Expansão e Reestruturação da UFJF, tendo como referência o acordo de metas assinado com o MEC.

Em 2008 foi aprovada pelo Conselho Setorial de Graduação a reestruturação acadêmica (parcial) e a oferta de novas vagas, vinculadas aos novos cursos criados a saber:

- Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design: 50 novas vagas em 2009 - 250 novas vagas totais até 2012;
- Curso de Nutrição: 100 novas vagas em 2009 - oferta global;
- Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental: 40 novas vagas em 2009 - 70 novas vagas totais até 2012;
- Curso de Engenharia Computacional: 40 novas vagas em 2009 - oferta global; e Curso de Ciências Exatas (Bacharelado Interdisciplinar e Licenciaturas em Ciências Exatas): 100 novas vagas em 2009 - 275 novas vagas totais até 2012.

Ações de Reestruturação:

Foram aprovadas as seguintes ações:

- Extinção das vagas no vestibular para o Curso de Licenciatura em Artes (30 vagas). A partir de 2009 os estudantes interessados nesta área, deverão ingressar no novo curso de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design. Estes alunos ao concluírem 3 anos de estudos, terão o diploma de nível superior como Bacharéis em Artes e Design. Poderão ainda optar por continuar na Universidade, tendo como opções para um segundo ciclo de estudos os seguintes cursos:

- Bacharelado em Design;
- Bacharelado em Moda;
- Bacharelado em Artes do Espetáculo;
- Bacharelado em Artes Visuais;
- Licenciatura em Artes Visuais;
- Extinção das vagas no vestibular/Sisu para os Cursos de Física, Matemática, Estatística, Bacharelado em Química, Licenciatura em Química, Ciência da Computação.
- A partir de 2009 os estudantes interessados nestas áreas, deverão prestar vestibular para o novo Curso de Ciências. Estes alunos ao concluírem 3 anos de estudos, terão o diploma de nível superior como Bacharéis em Ciências. Poderão ainda optar por continuar na Universidade, tendo como opções para um segundo ciclo de estudos os seguintes cursos:
 - Bacharelado/Licenciatura em Física;
 - Bacharelado/Licenciatura em Química;
 - Bacharelado/Licenciatura em Matemática;
 - Bacharelado/Licenciatura em Estatística;
 - Bacharelado/Licenciatura em Ciência da Computação;
 - Engenharia Computacional.

Dentro do REUNI previu-se a ampliação gradativa de vagas do curso de Arquitetura e Urbanismo que ao longo de cinco anos, passou de 50 vagas para o total de 80 vagas oferecidas por ano. O aumento inicial, de 50 para 60 alunos por ano, foi aprovado em julho de 2009 pelo Conselho Superior da instituição. Em 2010 o curso ampliou suas vagas para 70 alunos por ano. Em 2011 o curso completou sua meta de ampliação de vagas, atingindo 80 alunos por ano. Por conta desta expansão, a cada 8 vagas discentes criadas no curso, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo tem o direito de receber a contratação de um professor. Para cada 11 vagas discentes criadas, tem o direito de receber um técnico administrativo. Assim, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, até o final de 2012, receberá um total de quatro professores adjuntos e três técnicos administrativos / auxiliares de laboratório. Até o momento tomaram posse dois professores adjuntos e um técnico administrativo. Enquanto se aguarda a liberação

das duas contratações restantes de professores e duas contratações restantes de técnicos, foram contratados professores temporários, que serão substituídos pelos efetivos quando da liberação das vagas de efetivos. Ainda por conta do REUNI, o Departamento de Artes e Design cancelou a oferta de disciplinas para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Para suprir esta adaptação ao REUNI, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo recriou as disciplinas a serem agora alocadas em sua carga e a Instituição está negociando junto ao MEC a contratação de mais um Professor Adjunto de Dedicção Exclusiva para que o departamento de Arquitetura e Urbanismo possa fazer frente aos créditos assumidos.

As vagas de professores vêm sendo disponibilizadas, segundo critérios do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - AUR, sendo um dos critérios principais desta estratégia a manutenção da relação vigente de professores/alunos nas disciplinas práticas (1/15) e teóricas (1/30).

2.1.2 MISSÃO, OBJETIVOS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

A Universidade apresenta-se como um espaço de diversidades, de reflexão crítica e de solidariedade, onde se cultiva e se aceita as diferenças, e também atua nas relações sociais, com forte capacidade institucional para visualizar as necessidades fundamentais da sociedade objetivando a produção, sistematização e socialização do saber, para ampliar e aprofundar a formação do ser humano.

A UFJF tem como missão mobilizar e disponibilizar os diferentes cursos e projetos culturais para a promoção do desenvolvimento regional, considerando as vocações e as necessidades da Zona da Mata Mineira, contribuindo também para a base do desenvolvimento nacional, mantendo o compromisso com a preservação dos valores éticos, políticos, culturais, sociais e ambientais de uma sociedade pluralista e democrática com a participação e fomentação do desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional, responsabilizando-se pela formação de cidadãos em todos os níveis de formação, em especial de Recursos Humanos voltados para ações no ensino, pesquisa e extensão.

Os objetivos da UFJF são:

- Defender a educação enquanto um bem público, garantindo a qualidade de formação de pessoas em todos os níveis e áreas do conhecimento;
- Manter a coesão do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Incentivar, gerar e consolidar a produção de novos conhecimentos;
- Participar do desenvolvimento da sociedade brasileira e do seu processo de construção de cidadania e de uma consciência inclusiva;

- Promover políticas de democratização cultural norteadas pelo princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo;
- Propiciar uma formação e atuação acadêmicas que valorizem o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do país;
- Identificar e implantar linhas de pesquisa de valor estratégico para a região e para o País; e
- Comprometer-se com a sustentabilidade e a preservação ambiental em todas as ações da UFJF.

A UFJF possui políticas institucionais e acadêmicas para a Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, havendo articulação entre essas áreas, o que confere organicidade acadêmica.

2.1.3 COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A UFJF tem 10.822 alunos na graduação; 4.716 alunos na especialização; 700 alunos no mestrado, 123 alunos no doutorado, 1.072 alunos no nível técnico e 1.615 alunos nos níveis Médio e Fundamental, num total de 18.868 alunos.

A UFJF tem 769 professores efetivos sendo 443 doutores, 208 mestres e 118 com outras qualificações. Existem na universidade 200 professores substitutos sem mestrado ou doutorado. Existem também 19 professores visitantes, sendo todos com doutorado, totalizando 988 professores. A UFJF possui 1144 técnicos administrativos educacionais.

2.1.4 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

PROPESQ

A Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ tem como principais funções assessorar a Comunidade Acadêmica nos assuntos relativos à pesquisa Científica e Tecnológica, estimular e fomentar a atividade de pesquisa na universidade, tendo como referência a qualidade e a relevância, visando cumprir seu papel de formação de recursos humanos e geradora de conhecimentos.

Os pesquisadores da UFJF, bolsistas de iniciação científica e técnicos de laboratório desenvolvem suas pesquisas em laboratórios especializados, equipados e estruturados para a busca científica e/ou tecnológica. Desenvolvem, ainda, inúmeros projetos e programas de cooperação técnico-científico em parcerias com empresas estatais e privadas.

Ações estão sendo implantadas no planejamento estratégico para viabilizarem um modelo de gestão eficiente buscando maximizar recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar a pesquisa e aumentar sua aplicabilidade e inserção na sociedade.

A Pró-Reitoria de Pesquisa é constituída internamente por duas coordenações que operam de forma integrada: a Coordenação de Projetos e a Coordenação de Programas de Pesquisa. Além destas, estão vinculados à PROPESQ, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), o Comitê de Ética na Experimentação com Animais (CEEA) e o Centro de Biologia da Reprodução (CBR), que operam de forma independente e autônoma.

Em novembro de 2007, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a FUNDEP e a FUNARBE assinaram um convênio de cooperação técnico-financeira para implementar a Rede de Prospecção de Oportunidades de Fomento no Estado de Minas Gerais, o Sistema Financiar. Por meio deste convênio, o acesso para este sistema foi liberado para as 27 instituições de pesquisa públicas, estaduais e federais, sediadas em Minas Gerais, dentre as quais, encontra-se a UFJF.

PROEX

A política de extensão é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, que tem a responsabilidade de promover a articulação entre o ensino e a pesquisa e as demandas da sociedade, em um exercício de contribuição mútua, trabalhando ainda pela manutenção de espaços e bens culturais da universidade, bem como da promoção de eventos fomentadores da cultura. A PROEX coordena e apoia programas, projetos, eventos e demais atividades de extensão. Além disso, procura atender as demandas externas relativas a parcerias e convênios, as quais são sempre estudadas e encaminhadas às unidades acadêmicas de acordo com as especificidades. Assim, busca dar oportunidade a todas as unidades, de forma igualitária, para que desenvolvam seus projetos, ampliando os espaços de aprendizagem através da vivência de situações práticas, desenvolvendo e aplicando pesquisas nos diferentes campos do conhecimento.

Regra geral, a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão está ligada a programas, projetos, prestação de serviços, cursos e eventos. Porém, poucos eventos são institucionalizados na PROEX, apenas aqueles que contam com o apoio da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE. Um controle maior se faz através da Diretoria de Comunicação, pois as organizações buscam-na quando precisam divulgar seus eventos.

A UFJF possui hoje 377 projetos de extensão, coordenados por 222 professores e envolvendo mais de 520 alunos bolsistas, além de voluntários. De acordo com o Pró-Reitor de Extensão, as demandas surgem a partir dos interesses dos docentes e de suas respectivas unidades, bem como de demandas vindas da sociedade.

PROCULT

A UFJF, além de seus objetivos com a formação profissional e científica de seus alunos, também presta sua contribuição para a cultura.

A UFJF tem a concepção de cultura como direito. Cultura como direito impõe à política cultural uma meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais, que pressupõe tratar cada cidadão como um agente cultural, além de incluir o campo da cultura popular e postular a ampla participação dos cidadãos. Essa concepção pressupõe, ainda, um consenso a respeito de quais são os direitos culturais que, a exemplo dos outros direitos, fazem parte da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Objetivos da PROCULT:

Promover ações que visem assegurar:

- o fomento da produção e das manifestações culturais de forma compartilhada com outros setores criativos da sociedade;
- a integração, o intercâmbio de bens e as atividades culturais que estimulem a formação e a ampliação do mercado de trabalho na área cultural;
- a preservação da memória cultural regional que representa identidade e contribuição para a formação de cidadania; e
- a gestão da produção cultural na universidade.

Os públicos-alvo das ações comandadas pela PROCULT são: população universitária, comunidade juizforana, escritores, músicos, artistas e criadores em geral.

2.1.5 ESTRUTURA E GESTÃO

Para desenvolvimento de suas atividades, a Universidade Federal de Juiz de Fora estrutura-se em:

- I - Órgãos Colegiados Superiores;
- II - Reitoria;
- III - Pró-Reitorias;

IV - Unidades Acadêmicas;

V - Órgãos Suplementares.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

No primeiro semestre letivo de 2008, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), deu início ao processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional da UFJF. Primeiramente, foi constituída uma equipe com quatro bolsistas de Treinamento Profissional, coordenada por uma funcionária Técnica Administrativa em Educação com formação na área de Pedagogia. Em seguida, foi estabelecida uma sequencia de tarefas para formular um quadro do perfil dos projetos pedagógicos já elaborados pelos cursos de graduação da instituição. O objetivo, nessa etapa, é avaliar o grau de sintonia dos atuais Projetos Pedagógicos dos Cursos com as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação que substituíram os antigos currículos mínimos, em conformidade com o estabelecido pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com base nestas informações, a PROGRAD redigiu um documento, apresentado em reunião do Conselho Setorial de Graduação para posterior divulgação e discussão no interior dos cursos de graduação junto a professores, estudantes e técnicos administrativos em educação. A PROGRAD intenta promover ainda eventos acadêmicos e culturais que visem fornecer subsídios para um debate qualificado sobre inovações curriculares no interior dos cursos da UFJF.

Entende-se ser necessário compartilhar com a comunidade universitária um conceito de currículo suficientemente abrangente que incorpore atividades flexíveis de formação intelectual e profissional do aluno em uma visão contemporânea e universitária de ensino superior. Trata-se, na verdade, de estabelecer para os futuros egressos da UFJF as competências necessárias a serem adquiridas para uma atuação intelectualmente qualificada em um mundo em constante transformação. Nesse processo de construção coletiva, deverá ser indicado o perfil geral e respectivas competências para todos os profissionais a serem formados pela UFJF.

A expectativa é que esse documento, após devidamente discutido pela comunidade universitária e aprovado nas suas instâncias deliberativas, venha a servir de subsídio para o estabelecimento do perfil do profissional específico de cada curso e das condições no âmbito dos cursos para que sejam produzidas as competências avaliadas como fundamentais ao profissional por eles formado. Ter-se-ia, assim, não uma relação exaustiva de competências a serem desenvolvidas por cada curso de graduação, mas sim

as diretrizes, consideradas fundamentais, orientadoras do trabalho dos docentes responsáveis pelo processo de formação.

Para que toda a comunidade acadêmica possa participar da construção do Projeto Pedagógico Institucional da UFJF, a PROGRAD criou um grupo de discussão online.

2.1.6 SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Diretoria de Comunicação (DIRCOM) da UFJF concentra as ações direcionadas ao aprimoramento do relacionamento da Universidade com seus diferentes públicos e, assim, é responsável pelos setores de Atendimento, Cerimonial, Projetos e Eventos, além da Assessoria de Imprensa. Através de seus veículos de comunicação, o portal na internet e a revista Novo Tempo, este setor visa divulgar as atividades desenvolvidas pela UFJF no âmbito da pesquisa, ensino e extensão para a comunidade em geral e, especialmente, a acadêmica.

O trabalho da Assessoria de Imprensa consiste na produção de *press-releases* enviados para a imprensa local e nacional, e também na produção de notícias atualizadas diariamente no site <www.ufjf.br>. Para acompanhar e quantificar (em números e valores) a repercussão dos assuntos da Universidade na chamada “mídia espontânea” é feito diariamente o clipping de jornais, revistas e sites. Através do processo de *clippagem* são elaborados relatórios diários, mensais e anuais, que revelam a importância e a imagem da Universidade diante à sociedade. Os relatórios são feitos em duas cópias. Uma delas permanece arquivada no setor e a outra é entregue à Administração Superior. A equipe de jornalistas da Assessoria, atualmente composta por dois funcionários efetivos e três contratados, atende, ainda, as demandas da imprensa intermediando o contato entre os entrevistados e os repórteres.

O portal da UFJF é hoje referência de fonte de informação para os alunos, professores, técnicos, vestibulandos e comunidade externa. Além do site, a DIRCOM produz semanalmente a *newsletter* eletrônica “UFJF Acontece”, enviada por e-mail a docentes e técnicos da Universidade; e a revista Novo Tempo, publicação institucional com tiragem média de 4 mil exemplares. Em sua sexta edição, a revista traz a cobertura dos fatos, com reportagens, entrevistas e artigos diferenciados. Os jornalistas da DIRCOM têm o apoio de uma equipe de 20 bolsistas e um fotógrafo profissional.

No programa de treinamento profissional são selecionados alunos do curso de Comunicação Social que começam a ter seus primeiros contatos com a prática do

jornalismo, recebendo orientações sobre apuração e redação, principalmente. Estudantes de Letras também fazem parte da equipe, auxiliando na revisão dos textos.

Outra ferramenta usada pela DIRCOM na divulgação são os vídeos-reportagens postados no site da IPTV <www.iptv.ufjf.br>.

2.1.7 REGULAMENTO ACADÊMICO

Encontra-se no Anexo II.

2.1.8 PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES

A PROGRAD conta com a Comissão Permanente de Seleção - COPESE, como órgão de assessoria técnica, de execução e de apoio logístico para realização de processos seletivos e concursos.

Critério para distribuição de vagas, determinada pela Resolução nº 14/2003 do Conselho Superior, observado o disposto na Resolução nº 05/2005, do Conselho Superior:

- 30% das vagas de cada Curso são disputadas pelos candidatos ao Programa de Ingresso Seletivo Misto - PISM.
- 70% das vagas de cada Curso são disputadas pelos candidatos por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

A distribuição das vagas para todos os fins estão agrupadas nos seguintes termos:

- Grupo A: vagas do Sistema de Cotas para os candidatos que tenham cursado, pelo menos, quatro séries do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio em escolas públicas e auto declararem-se negros;
- Grupo B: vagas do Sistema de Cotas para os candidatos que tenham cursado, pelo menos, quatro séries do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio em escolas públicas;
- Grupo C: vagas destinadas aos candidatos não optantes pelo Sistema de Cotas.

VAGAS OCIOSAS

Podem concorrer às vagas ociosas casos de lista de espera de candidatos não aprovados no Sisu e PISM; alunos regularmente matriculados na UFJF que desejam realizar mudança de curso; estudantes de outras instituições de ensino

interessados na transferência para a UFJF e candidatos a um segundo curso de graduação que tenham cursado, na UFJF, pelo menos 50% da carga horária do curso pretendido. Além destes, profissionais já graduados e ex- alunos que tenham trancado o curso por mais de dois anos, nos últimos quatro anos, também poderão se candidatar.

A seleção obedece aos seguintes critérios: metade das vagas será preenchida com candidatos excedentes do Sisu e do PISM, levando em conta a ordem de classificação e a proporção de vagas definidas para os programas de ingresso; a outra metade será destinada aos demais casos, observando a seguinte ordem de prioridades:

- Candidatos à reinscrição em cursos da UFJF;
- Candidatos à mudança de curso na UFJF;
- Candidatos à transferência de outra Instituição de Ensino Superior para a UFJF;
- Candidatos à inscrição em segundo curso, tendo cursado 50% da carga horária total do curso pretendido; e
- Candidatos já graduados.

2.1.9 AUTOAVALIAÇÃO

O processo de avaliação na UFJF é realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A primeira CPA da UFJF foi constituída pelas Portarias nº 327, de 04 de junho de 2004 e nº 338, de 08 de junho de 2004, em cumprimento às determinações do artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A Portaria nº 124, de 10 de março de 2008, destituiu a CPA anterior, com vistas à eleição de novos membros, pautada por regulamentação a ser submetida ao Conselho Superior, conforme previsão expressa no parágrafo 2º, artigo 7º da Portaria/MEC nº 2051 de 9 de julho de 2004.

De acordo com o artigo 2º da Portaria citada, foi nomeada uma Comissão Provisória com competência para elaboração do Regimento da Comissão Própria de Avaliação e para a condução do processo de composição da mesma, em cumprimento às disposições dos artigos 7º da Portaria/MEC nº 2.051/2004 e 11 da Lei nº 10.861/2004.

De acordo com suas atribuições, a Comissão Provisória elaborou uma Minuta do Regimento da Comissão Própria de Avaliação, aprovado pelo Conselho Superior da UFJF.

A CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UFJF, e tem as seguintes competências:

- Coordenar e articular os processos internos de avaliação da Instituição;
- Definir sua metodologia de trabalho, salvo nas matérias já disciplinadas pelo MEC/SESu;
- Propor a constituição de comissões de assessoramento como Comissões Setoriais de Avaliação;
- Elaborar processos de avaliação periódica da UFJF que contemple a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da gestão;
- Orientar cada uma das etapas do processo de avaliação;
- Dar publicidade a todas as etapas do processo;
- Sistematizar as informações resultantes dos processos de avaliação e divulgar relatório anual;
- Definir a constituição da comissão eleitoral temporária para a condução das eleições; e
- Propor ao CONSU alterações no seu Regimento.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - PROADES:

Dentro das ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH merecem destaque programas como os de capacitação (PROCAP) e o de avaliação de desempenho (PROADES).

Outra iniciativa da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, implementada no segundo semestre de 2008, foi o Seminário de Integração, com apresentações do organograma e outras informações sobre a UFJF; os órgãos da Administração centralizada e descentralizada; as entidades sindicais numa proposta de integração dos novos servidores a fim de oferecer suporte técnico institucional, assim como promover a integração ao ambiente de trabalho.

Um dos programas de referência da UFJF é o PROADES, que avalia o desempenho dos servidores Técnicos-Administrativos em Educação - TAEs a partir de uma visão mais moderna de trabalho nas corporações: fazer uma avaliação integral de toda uma equipe e também das pessoas que trabalham com as possibilidades e com os limites dessa equipe, com base numa infraestrutura que disponibiliza recursos, mas que, igualmente, tem limitações.

Há metas fixadas, que são avaliadas por determinado período, e, com o

cumprimento dessas metas, o TAE recebe uma melhoria em sua carreira, através da progressão. Atualmente, a legislação em vigor passou a exigir a criação de um sistema para a avaliação de desempenho dos TAEs.

Programa de Capacitação de TAEs:

Dentro da perspectiva de humanização e valorização dos servidores, há um investimento também na formação e capacitação dos TAEs. Apenas em 2008, foram 638 matrículas de servidores nos cursos promovidos pela PRORH através da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

Um dos focos foi a disponibilização de cursos com temas mais amplos, que atendessem o maior número possível de profissionais e envolvessem temas como:

- Relações interpessoais no ambiente de trabalho;
- Relações com o público externo;
- Empreendedorismo no trabalho;
- Desenvolvimento, humanização e segurança em serviços de saúde;
- Biossegurança;
- Desenvolvimento sustentável;
- Treinamentos específicos para módulos do SIGA;
- MS Project; e
- Libras.

O objetivo não é apenas capacitar o servidor tecnicamente, mas proporcionar o desenvolvimento e o crescimento pessoal, profissional e institucional numa ação humanizadora.

A capacitação propiciou diversos benefícios aos capacitados, tais como qualificação pessoal, aumento salarial, dentre outros, sendo de grande importância para estes. Os cursos ofertados foram de grande interesse e de grande relevância para os diversos públicos da Instituição.

2.1.10 BOLSAS DE ESTUDO

PROGRAD

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) tem a função de coordenar, juntamente com as Unidades de Ensino e com os órgãos da Administração Central, a formulação e implementação de políticas para o ensino de graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora. É também a instância encarregada pelos processos seletivos,

gerenciamento acadêmico e desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação que incluem programas que disponibilizam bolsas de estudos para os alunos de graduação da Universidade. Neste ano, o Curso de Arquitetura e Urbanismo conta com 22 bolsas concedidas pela PROGRAD.

PROPESQ

A Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora - PROPESQ, conforme indicado na política institucional de pesquisa, assessora os docentes e discentes em relação à pesquisa científica e tecnológica e promove atividades de pesquisa no âmbito da UFJF através de programas variados que beneficiam a produção acadêmica dos pesquisadores da Universidade e a iniciação científica dos alunos. A Universidade é bastante competitiva na capacitação de recursos para a pesquisa nas Agências de Fomento às atividades de C&T e disponibiliza seus recursos humanos e infraestrutura para projetos em cooperação e consultorias nas mais diversas áreas de sua atuação. Em seu planejamento estratégico, ações estão sendo implementadas para viabilizar um modelo de gestão eficiente da pesquisa visando maximizar recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar a pesquisa e aumentar sua aplicabilidade e inserção na sociedade.

PROEX

A essência das ações da PROEX são os projetos e programas desenvolvidos pela atividade de extensão. Ela nasce do desejo do professor, seja por uma vocação, compromisso social ou demanda da sociedade.

Os projetos de Extensão da UFJF se preocupam com a responsabilidade social, desenvolvimento econômico, meio ambiente, inclusão social e digital. A maioria destes projetos concentra-se na área da saúde, acompanhando a tendência das universidades públicas brasileiras. Em segundo lugar estão os projetos de Educação. O meio ambiente também possui projetos dentre as nove áreas temáticas da extensão.

A responsabilidade social deve abranger tanto o público interno - através de auxílio ao transporte, alimentação, etc dos estudantes - quanto o público externo.

A Extensão Universitária abrange os dois públicos, principalmente o interno, pois apesar dos projetos serem coordenados por docentes, é realizado pelos discentes da UFJF, que tem a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em prol da sociedade, auxiliando na formação empreendedora deste aluno.

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

As disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que revogou as antigas leis sobre estágios, representam uma evolução na política pública de emprego para jovens no Brasil.

Ao conceituar o estágio supervisionado como componente curricular integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e necessário à preparação dos estudantes para a inserção no mercado de trabalho, a nova Lei de Estágios objetiva a contextualização curricular e o desenvolvimento de profissionais aptos, também, ao exercício da cidadania.

O exercício prático das competências e habilidades inerentes à atividade profissional afigura-se indispensável ao itinerário formativo dos graduandos; e, para garantir que estes não sejam absorvidos pelo mercado como mão de obra barata, a Lei nº 11.788/2008 instituiu direitos e benefícios para os estagiários, além de impor às instituições de ensino o dever de zelar pelo cumprimento dos termos de compromisso e às empresas a obrigação de fornecer ao Poder Público todas as informações e documentos necessários à fiscalização.

A Coordenação de Estágios da UFJF se responsabiliza pelo acompanhamento dos estágios, assegurando aos discentes ampla cobertura de seus direitos e acompanhando a celebração dos compromissos entre estudantes, empresas e a UFJF, daí a necessidade de apresentação de toda a documentação exigida pela nova Lei de Estágios.

Além disso, a Coordenação de Estágios envida esforços para a celebração de convênios visando a abertura de novos campos de estágio e a inserção dos alunos da UFJF no mercado de trabalho.

Atividades realizadas pela Coordenação de Estágios:

- modelo de termo de convênio;
- carta de formalização do estágio;
- relações dos convênios para fins de estágios;
- termos de compromisso;
- arquivamento e uniformização dos procedimentos de estágios dentro da universidade;
- auxílio às coordenações em relação à Lei do Estágio; e
- contatos para renovação de estágios.

No Estágio Curricular Supervisionado, a Coordenação de Estágio só autoriza esta atividade mediante plano de atividade analisado pelo curso e nesse plano consta que existe um supervisor na Universidade e um supervisor (obrigatoriamente formado na área e que terá seus dados analisados pelo curso) na Empresa concedente, o que se pretende desenvolver na empresa, o que essa concedente pode oferecer com essas atividades de estágio.

Para se comprovar que o aluno cumpriu a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, observa-se uma coerência entre as datas de início e término do estágio com a carga horária semanal e o atestado de frequência, relatados no termo de compromisso.

Foi implantado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA/UFJF um sistema de estágios, que possibilita ao aluno a visualização das informações pertinentes ao(s) estágio(s) por ele realizado(s) ou em andamento, cujos documentos que regulamentam a atividade tenham sido homologados pela Coordenação de Estágios/PROGRAD. Do mesmo modo, os professores orientadores dos estágios, coordenadores de curso e presidentes das Comissões Orientadoras de Estágios (COE), também têm acesso a tais informações.

2.1.11 PROGRAMAS DE FOMENTO

PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PROPESQ:

O Programa de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFJF) é destinado a graduandos da UFJF, com recursos orçamentários da Instituição e tem por objetivo inserir os graduandos nas diversas etapas da pesquisa científica, visando à formação diferenciada de recursos humanos qualificados. Com este Programa a UFJF investe na ampliação das oportunidades de inserção acadêmica nas atividades de pesquisa. A UFJF também mantém programas similares com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais através dos Programas PIBIC e PROBIC, respectivamente.

PROGRAMA INSTITUCIONAL VOLUNTÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PROVOQUE)/PROPESQ:

Destina-se aos alunos de graduação, o qual visa a participação em projetos de pesquisa de forma voluntária (sem bolsa).

Nos cursos onde o projeto pedagógico permite, os alunos podem converter sua participação em créditos.

PROGRAMA DE APOIO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DISCENTE/PROPESQ:

Visa incentivar e apoiar a participação de alunos em eventos científicos regionais e nacionais.

BOLSA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE FOMENTO À PESQUISA DE CURTA DURAÇÃO/PROPESQ:

Concede apoio financeiro para a realização de pesquisas de curta duração.

PROGRAMA DE MONITORIA/PROGRAD:

O Programa de Monitoria objetiva despertar no aluno a vocação pela carreira do magistério e assegurar a cooperação entre corpos discente e docente, através da participação em projetos de ensino apresentados pelos Departamentos e aprovados pela Coordenação de Programas de Graduação. Podem participar do Programa os alunos que foram aprovados na(s) disciplina(s) objeto da Monitoria; em processo seletivo e que tenham disponibilidade horária de 12 horas semanais.

PROGRAMA DE TREINAMENTO PROFISSIONAL/PROGRAD:

O Programa de Treinamento Profissional tem como objetivo permitir o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de graduação da UFJF, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. Este aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, em regime de 12 horas semanais de atividades. A orientação deste treinamento profissional é feita por um professor ou profissional da área.

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Que dão suporte às atividades dos programas listados acima.

PROGRAMA DE APOIO AO RECÉM-DOCTOR (ENXOVAL)/PROPESQ:

Voltado, especificamente, para os professores do quadro efetivo da UFJF que tenham se doutorado nos três últimos anos. O programa tem a finalidade de ampliar a política de indução e fomento à pesquisa em toda a UFJF e também disponibiliza bolsas de iniciação científica.

PROGRAMA DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA/PROPESQ:

Visa dar continuidade às ações de fomento à pesquisa docente na UFJF. Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa coletivamente elaborados, com vistas ao fortalecimento dos grupos de pesquisa da UFJF, certificados no CNPq.

PROGRAMA DE APOIO À PUBLICAÇÃO/PROPESQ:

Apoia a publicação de artigos visando ampliar a produção científica de docentes e discentes da UFJF em revistas indexadas no ISI (Institute for Scientific Information) ou na SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

PROGRAMA DE APOIO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE/PROPESQ:

Visa incentivar e apoiar a participação de docentes do quadro permanente da UFJF em eventos científicos.

PROGRAMA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS NA UFJF/PROPESQ:

Concede apoio financeiro para a organização de eventos científicos no âmbito da UFJF, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores e a divulgação de resultados de pesquisa.

2.1.12 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A Coordenação de Assuntos Estudantis - CAE, atuando como gestora das políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, prioriza o apoio psicossocial ao estudante universitário e tem como objetivo a construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade discente.

Buscando incentivar, apoiar e acompanhar o estudante ao longo de sua vida acadêmica, a CAE tem por finalidade:

- Assegurar uma política de assistência ao estudante, que favoreça, ao mesmo tempo, o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante nas decisões, dentro e fora da universidade;

- Atuar junto ao corpo discente da UFJF, procurando orientá-los em diversas áreas da vida acadêmica; e
- Propiciar ao estudante com vulnerabilidade socioeconômica, condições de frequentar e concluir os cursos oferecidos pela UFJF, observando o dever do Estado de promover a qualificação do indivíduo para o trabalho e o exercício da cidadania.

A Gerência de Apoio Estudantil, inserida na CAE, é o setor responsável pela seleção e cadastro dos estudantes que solicitam os apoios oferecidos.

Os critérios de admissão dos alunos no programa têm por base a avaliação socioeconômica, além de outros critérios estabelecidos por legislação própria. Podem ser usuários do Apoio Estudantil: estudantes da graduação e ensino médio (Colégio de Aplicação João XXIII), regularmente matriculados na UFJF, e que preencham os requisitos de seleção socioeconômica, observada a pertinência da demanda. A seleção se dá através de Edital da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos publicado no portal da UFJF.

As quatro Modalidades de Apoio Estudantil são:

MODALIDADE MANUTENÇÃO:

Recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, além de refeições gratuitas no Restaurante Universitário e transporte ida e volta centro-campus, mediante cumprimento de 12 horas semanais em programas e projetos da CAE.

MODALIDADE ALIMENTAÇÃO:

Refeições gratuitas no Restaurante Universitário e cantinas conveniadas, sem prestação de atividades.

MODALIDADE MORADIA:

Recebimento mensal de uma bolsa em valor estipulado por legislação própria, sem prestação de atividades. O auxílio é exclusivo para alunos provenientes de outras cidades, que não possuam residência familiar própria, alugada ou cedida em Juiz de Fora.

MODALIDADE TRANSPORTE:

Recebimento de vales-transportes/mês, sem prestação de atividades. O auxílio é voltado, preferencialmente, a alunos residentes em bairros periféricos de Juiz de Fora ou em cidades circunvizinhas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal de Juiz de Fora, comprometida com sua responsabilidade de melhor atender às demandas da sociedade visando o desenvolvimento da região na qual se insere, vem investindo na melhoria das condições de infraestrutura com intuito de ofertar maior número de vagas em seus cursos, bem como o aumento dos mesmos concomitante à contratação de mais docentes e técnicos administrativos em educação.

Inúmeros projetos estão em execução na área de pesquisa e extensão objetivando a melhoria da qualidade e ampliação das ações empreendidas nestas áreas.

O orçamento da UFJF visa atender às demandas das 18 unidades acadêmicas responsáveis por 39 cursos de graduação, 31 Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, 30 cursos de Mestrado e 14 de Doutorado. São contempladas ainda as atividades de Pesquisa e Extensão, os Cursos de Nível Médio e Profissionalizante, a Educação a Distância, bem como as unidades administrativas da instituição.

A UFJF tem ampliado suas vagas de acesso aos cursos, assim como o índice de diplomados a cada ano e tem empreendido esforços no sentido de otimizar a gestão orçamentária para melhor atender a este crescimento e superar, em curto prazo, as limitações orçamentárias que se apresentam.

Abaixo citamos alguns Programas de Trabalho desenvolvidos pela UFJF:

- Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Apoio Administrativo;
- Operações Especiais: cumprimento de sentenças judiciais;
- Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- Gestão da Política de Educação;
- Universidade do Século XXI;
- Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa Científica; e
- Desenvolvimento do Ensino Médio.

CENTRO REGIONAL DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA – CRITT

Preocupado com o entorno social em que a UFJF está inserida, o CRITT adota ações de responsabilidade social visando auxiliar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população do município.

Baseada no compromisso contínuo de interação Universidade/Sociedade, a forma que o Centro conduz seus trabalhos contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Juiz de Fora, da região e também do país. Buscando a interação através da gestão do conhecimento, da transferência de tecnologias e de soluções inovadoras, o CRITT mantém projetos com características de responsabilidade social.

O intercâmbio de conhecimento e habilidades tecnológicas entre instituições de ensino superior e/ou centros de pesquisa e empresas é denominado Transferência de Tecnologia. Tal transferência se dá na forma de contratos de pesquisa e desenvolvimento, formação profissional (inicial e continuada), serviços de consultoria, comercialização de patentes, marcas e processos industriais, publicação na mídia científica, apresentação em congressos, migração de especialistas, programas de assistência técnica, inteligência industrial e atuação de empresas multinacionais.

As grandes vantagens em transferir tecnologia para a sociedade são a geração de riqueza e o desenvolvimento social. Isso propicia a criação de novas empresas, empregos, maior recolhimento de impostos. É papel fundamental da universidade - o que chamamos de “universidade empreendedora” - além do compromisso com o conhecimento e pesquisa, o compromisso com o desenvolvimento social.

Qualificado como Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) através da Resolução 31/2005 do Conselho Superior, o CRITT legitimou a inovação científica e tecnológica desenvolvida na UFJF, institucionalizando a transferência de tecnologia.

O CRITT contém um ambiente especialmente planejado com o propósito de apoiar iniciativas empreendedoras e projetos inovadores, uma “Incubadora” de Empresas que facilita o desenvolvimento de tais iniciativas, através do oferecimento de infraestrutura, serviços especializados e assessoria gerencial por um período de tempo limitado, estimulando a transformação de resultados de pesquisas em produtos e serviços. As incubadoras têm como principal objetivo proporcionar condições necessárias para que as empresas incubadas possam se preparar e se fortalecer para o mercado e superar as barreiras existentes nos primeiros anos de sua atuação.

2.2 FACULDADE DE ENGENHARIA DA UFJF

2.2.1 HISTÓRICO²

A história da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora se encontra associada ao imaginário positivista, que adentra nos quadros do governo monárquico e que ganhou, finalmente, status ideológico durante as primeiras décadas da República, através da consolidação do projeto progressista republicano, tendo como suporte o binômio progresso e ciência.

A formação e, principalmente, a incorporação de uma concepção de ciência pragmática, associada a sua crescente valorização como um instrumento a ser utilizado nas soluções de problemas, ocorre no Brasil de forma mais efetiva e com maior objetividade a partir do início do século XIX.

Organizam-se inicialmente os cursos superiores de engenharia, medicina e direito, ao mesmo tempo em que são criadas as primeiras instituições culturais e científicas brasileiras (Imprensa Régia, 1808; Real Horto, 1808; Biblioteca Real, 1814; Museu Real, 1818; Real Jardim Botânico, 1818).

Das primeiras instituições criadas, são consideradas como sendo os núcleos iniciais geradores de conhecimento científico a Real Academia de Marinha (1808) e a Real Academia Militar (1810) e que se destinavam à oferta de “um curso completo de Ciências Matemáticas, de Ciências da Observação, quæse Physica, Chymica, Mineralogia, Metallurgia e História Natural, que compreenderá o Reino Vegetal e Animal e das Sciencias Militares e toda sua extensão, tanto da Táctica como de Fortificações e Artilharia”.

Após a Independência do Brasil, a Academia da Marinha e a Escola Militar passam por várias reformas em seus regulamentos. Em 1832, reúne-se numa só instituição a Engenharia Militar, a Naval e a Civil. Um ano mais tarde, desliga-se a Academia Naval da Academia Militar.

Posteriormente, em 1839, a Academia Militar passou a ser denominada de Escola Militar. Em 1855, a Escola Militar passa a denominação de Escola Militar e de Aplicação do Exército. Em 1858, esta Escola se desdobra em Escola Militar e em Escola Central, transformando-se esta última, em 1874, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A partir deste momento, ocorre a separação definitiva entre o ensino militar e o ensino civil na área de engenharia.

² - Fonte: <http://www.ufjf.br/engenharia/institucional/historico/>. Acessado em (16/10/2012).

A valorização das atividades científicas, especialmente relacionado ao ensino de engenharia, intensifica-se com a criação em 1875, por iniciativa do Visconde do Rio Branco, da Escola de Minas de Ouro Preto, que tem na administração de Henri Croiex sua organização baseada por moderna metodologia de ensino e pesquisa.

Juiz de Fora se insere nesse processo de modernização da sociedade brasileira através de uma série de medidas que buscavam a industrialização da região. Na primeira década do século XX, foram fundados as primeiras Escolas Superiores de Farmácia, Odontologia e Direito, estas instaladas no Instituto Granbery. Na Academia de Comércio, foi criado, em 1909, um Curso Politécnico destinado à formação de Engenheiros o qual se desdobrou na Escola de Engenharia de Juiz de Fora por iniciativa pessoal e financeira de Asdrúbal Teixeira de Souza.

“Aos dezessete do mês de Agosto de mil novecentos e quatorze reunidos no prédio dessa cidade de Juiz de Fora sito à Rua Halfeld nº 175 A os srs D^o. Clorindo Burnier Pessoa de Melo, Asdrúbal Teixeira de Souza, Washington Marcondes Ferreira, Odilon Pereira de Andrade e o Sr. Cristiano Degwert, foi entre os mesmos acordada a criação de uma escola de engenharia sob o nome de - Escola de Engenharia de Juiz de Fora - destinada ao preparo de profissionais aptos para as obras de engenharia em geral e em particular para as obras referentes a - electricidade - hydraulica e estradas...”

Para a primeira diretoria foram eleitos o Doutor Clorindo Burnier Pessoa de Melo, Diretor da Escola de Engenharia, Asdrúbal Teixeira de Souza, Vice- diretor e Cristiano Degwert, para o cargo de Secretário. Nesta mesma reunião, foi o diretor encarregado pelos membros da Congregação para elaborar o primeiro estatuto e o regimento interno da Escola, o qual foi aprovado pela Congregação na reunião realizada em 12 de novembro de 1914.

Nesta primeira reunião foi ainda definido que seria formulado pelos professores o conteúdo dos programas correspondentes às suas cadeiras. Decidiu-se também o valor das mensalidades a serem cobradas.

Ainda em 1914, com alunos oriundos da Escola Politécnica da Academia forma-se a primeira turma de engenheiros de trabalhos públicos composto de seis graduandos, que traz como lema “ILLUMINAT, SANAT ET CIVITATES INTER SE JUNGIT” significando ILUMINAR, SANEAR E LIGAR CIDADES ENTRE SI. Em oito de dezembro de 1915 ocorre a primeira colação de grau. Durante os primeiros anos da Escola de Engenharia, o curso tinha a duração de quatro anos e organizado em duas partes; um curso anexo preparatório para o ingresso na Escola com duração de um ano, e

um curso técnico com duração de três anos, sendo que o formando recebia o título de Engenheiro de Obras Públicas.

Para o aparelhamento de seus laboratórios de ensino, uma vez que havia aulas teóricas e práticas, foi incorporada ao patrimônio da Escola uma série de instrumentos científicos e didáticos, os quais mais tarde deram origem ao acervo do hoje denominado Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia. Inicialmente, a Escola de Engenharia foi instalada na Rua Halfeld nº 175-A, em um antigo casarão localizado entre a Avenida Rio Branco (antiga Rua Direita) e a Rua Santo Antonio. Permanece nesse endereço até setembro de 1916, quando se transfere para a Avenida Rio Branco nº 2083. Em 1918, a Escola muda-se para a mesma avenida para o nº 2040, ocupando um imóvel pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Ocupa este imóvel até dezembro de 1959. Em janeiro de 1960, a Escola de Engenharia muda-se para sua sede própria na Rua Visconde de Mauá, nº. 300, onde hoje funciona o Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF.

O reconhecimento institucional da Escola de Engenharia ocorre através da aprovação da Lei Estadual nº 696, de 31 de agosto de 1917, assinada em 14 de setembro e publicada no “Minas Gerais” no dia 25 do mesmo mês. A oficialização da Escola por parte do governo federal só viria a ocorrer por uma emenda aprovada no Congresso Federal através da Lei nº. 3454, de 6 de janeiro de 1918, mesmo ano em que os diplomas são reconhecidos.

Para melhor adequar-se às novas demandas acadêmicas e institucionais, os estatutos da Escola, em vigor desde 1914, são parcialmente modificados pelos novos e aprovados em outubro de 1917. Em janeiro de 1918, Cristiano Degwert propõe que o diretor da época, Clorindo Burnier, seja eleito diretor vitalício, o que é imediatamente aprovado.

Os cursos anexos poderiam ser realizados na Escola de Engenharia como em escolas estaduais, federais ou particulares, desde que devidamente autorizadas. Após a sua conclusão os alunos eram submetidos a avaliações orais, escritas e práticas visando o ingresso no curso técnico.

A partir de 1922, a Escola de Engenharia passa a ser subvencionada pelo Governo Federal, entretanto o valor do aporte de recursos financeiros variava de ano para ano. Durante todo o período anterior, a Escola de Engenharia têm três tipos de alunos matriculados: os que pagavam as mensalidades; os que possuíam bolsas integrais, indicados pela Escola, por um benfeitor da Escola, pelos governos municipal, estadual ou federal; e, ainda, os que possuíam bolsas parciais.

Os estatutos de 1923 redefinem a organização administrativa da Escola apresentando a seguinte composição: Diretor-Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Secretário, todos eleitos pela Congregação em votação secreta. Nestes mesmos estatutos são definidos os símbolos e o anel a serem usados pelos alunos e lentes da Escola de Engenharia, proposta por Leon Campos Pacca.

Nos estatutos de 1924 é definida uma nova estrutura organizacional para a Escola de Engenharia. Preserva-se o cargo de Diretor Técnico, de Diretor Administrativo e Secretário sendo extinto o cargo de Diretor Presidente existente nos estatutos de 1923. O Diploma conferido é de “Engenheiro Civil e Electrotechnico” obtido após a conclusão do curso. Além dos laboratórios, biblioteca, e gabinetes de estradas, pontes, física e eletricidade criam-se os campos para instrução prática e contratam-se preparadores e auxiliares para se responsabilizarem pelo material científico.

Por deliberação da Congregação da Escola de Engenharia, em 1924, foram criados os cursos de engenheiro geógrafo e engenheiro agrônomo. A duração para engenheiro agrônomo era de 3 anos. O curso dividia-se em um curso anexo de duração de um ano e, a seguir, um curso técnico de 2 anos. Para engenheiro geógrafo, a duração do curso era de 4 anos, sendo um ano de curso anexo e 3 anos de curso técnico. Para a obtenção do diploma deveriam ser apresentados trabalhos práticos. O curso de engenheiro geógrafo funcionou até 1965, quando é extinto.

Em 1933, Marília D’Alva Fabiano Alves torna-se a primeira mulher engenheira (geógrafa) formada pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Dulce Palmer é a primeira mulher a se formar pela Escola de Engenharia como engenheira civil e eletrotécnica em 1938.

Um marco na história da Escola de Engenharia de Juiz de Fora se deu em 3 de junho de 1925. Sob a liderança do estudante Theodomiro Rothier Duarte era fundado o Centro Acadêmico Clorindo Burnier, a 5ª instituição estudantil do país, que, mais tarde, em 1934, se tornaria o Diretório Acadêmico de Engenharia. De todas as lutas estudantis e políticas encabeçadas pelo DA de Engenharia, é considerada a mais expressiva, a greve iniciada na Escola de Engenharia de Juiz de Fora no início da década de 50 e transformada em greve nacional.

Para suprir as novas necessidades decorrentes do projeto de expansão e modernização física e acadêmica da Escola, são reorganizadas, no início da década de 30 do século XX, as oficinas de trabalho, que estavam instaladas e funcionando nas dependências da Escola. Por solicitação do Diretor da Escola, José da Rocha Lagoa, é obtido por empréstimo, junto à Prefeitura de Juiz de Fora, de um prédio localizado na

esquina entre as Ruas Floriano Peixoto e 15 de Novembro, atual Getúlio Vargas, para onde as oficinas são transferidas. Permanecem neste local até o início da década de 60, quando são transferidas para a nova sede da Escola de Engenharia, na Rua Visconde de Mauá, nº. 300.

A importância das oficinas destaca-se não somente pela formação de mão de obra, ou pela quantidade de alunos que por ela passou, mas principalmente pela qualidade dos instrumentos de ensino que fabricava. Em um catálogo de 1942, são apresentados e disponibilizados para a venda 534 instrumentos científicos produzidos pelas oficinas da escola nas mais diferentes áreas do conhecimento. Posteriormente estas oficinas são transformadas no Parque Tecnológico - PARTEC.

Em 4 de dezembro de 1950, através da Lei nº. 1254, aprovada pelo Congresso Nacional, foi a Escola de Engenharia integrada no Sistema Federal de Ensino Superior do país, estando, portanto, apta a receber recursos federais.

A implantação do novo regimento da Escola de Engenharia de Juiz de Fora em 1951 procura promover transformações significativas no que se refere à expansão do ensino superior de qualidade. Estas propostas concretizam-se e ficam muito bem representadas pelo seu novo estatuto.

O Artigo 1 decreta: “A Escola de Engenharia de Juiz de Fora com sede nesta cidade, no Estado de Minas Gerais, tem por fim ministrar o ensino para a habilitação profissional do engenheiro civil e eletrotécnico - instituído desde sua fundação - e o de engenheiro industrial, nas modalidades de químico, metalúrgico e mecânico na forma da legislação federal vigente. Bem como aperfeiçoar e difundir a cultura técnica e científica desses ramos da engenharia”.

O artigo 7º do mesmo estatuto define que haverá na Escola de Engenharia de Juiz de Fora dois cursos seriados de 5 anos que darão direito ao título de engenheiro civil e eletrotécnico e ao título de engenheiro industrial numa das 3 modalidades disponíveis: metalúrgico, químico e mecânico.

Em um de seus últimos atos como presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 23 de dezembro de 1960, sanciona a Lei Federal nº. 3858 que cria a Universidade de Juiz de Fora, englobando além da recém denominada Faculdade de Engenharia, outras instituições de ensino superior da cidade.

Em 1968 é extinto o curso de engenharia civil e eletrotécnica. A última turma que se forma com essa titulação é a de 1967. Desde 1963, já era possível fazer a opção entre o curso de engenharia civil e engenharia elétrica.

Em 1973, parte da Faculdade de Engenharia é transferida para o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora. Alguns de seus laboratórios ainda permanecem funcionando na Rua Visconde de Mauá. Foi somente na década de 90 que a Faculdade de Engenharia passa a ocupar definitivamente toda a plataforma 4 da UFJF, em uma área de aproximadamente 21 mil m² de construção.

Em 1992, atendendo reivindicação histórica da cidade, é criado o curso de Arquitetura e Urbanismo, com a primeira formatura ocorrendo em setembro de 1997.

O mestrado em Engenharia Elétrica, primeiro curso *Stricto sensu* da Faculdade de Engenharia, inicia suas atividades no ano de 1998.

Em 2000, a Faculdade de Engenharia cria o Curso de Engenharia de Produção, que tem como objetivo formar profissionais para atuar no setor industrial.

Já em 2006, surge o mestrado em Modelagem Computacional visando à incorporação da tecnologia de informação na trajetória da Faculdade de Engenharia.

Na pós-graduação *Lato sensu*, a Faculdade de Engenharia da UFJF oferece vários cursos, com destaque para o Curso de Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho, oferecido desde 1985.

No dia 8 de dezembro de 2006, a Faculdade de Engenharia entrega ao seu ex-aluno Itamar Augusto Cautiero Franco, ex-presidente da República (1992-1995), a medalha Juscelino Kubitschek de Oliveira, a maior comenda da Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste dia, comemorou-se 91 anos da formatura da primeira turma de engenheiros da antiga Escola de Engenharia de Juiz de Fora.

Com a sua história iniciada em 17 de agosto de 1914, a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora segue, com seu labor no dia-a-dia rumo ao centenário de sua fundação, tendo como missão a busca pela qualidade do ensino de excelência, a democratização do acesso ao conhecimento, e o compromisso com uma gestão democrática, eficiente participativa e solidária.

3 O CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

3.1 CONTRIBUIÇÕES PARA A MEMÓRIA DO CURSO

Juiz de Fora, cidade que abriga uma Universidade Federal desde a federalização de alguns dos principais estabelecimentos de ensino superior existentes na cidade na década de 1960, não oferecia, até a década de 1990, a opção pelo curso de Arquitetura e Urbanismo.

Assim, estudantes da região polarizada por Juiz de Fora, quando vocacionados para a Arquitetura e Urbanismo buscavam formação em outras cidades tais como: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, etc. Tal migração do potencial intelectual da região desfalcava a comunidade de indivíduos promissores e representava um alto custo financeiro para as famílias que precisavam manter um de seus membros em outra cidade. Esta questão financeira pôde também fazer com que pessoas se desviassem de sua vocação para exercerem outras atividades, com prejuízo pessoal e em detrimento mesmo dos interesses da comunidade.

Outros fatores foram importantes para consolidar a necessidade de um curso de Arquitetura e Urbanismo na UFJF. A Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de Juiz de Fora (COPEVE) promoveu uma pesquisa para compreender os anseios da comunidade em relação à novos cursos na UFJF. Este estudo mostrou que entre os professores da UFJF era praticamente unânime a opinião que a Universidade deveria criar o curso de Arquitetura e Urbanismo, ficando em 2º lugar, perdendo apenas para Informática. Entre os alunos do 3º ano do 2º grau e aqueles que frequentavam o 1º período dos cursos da UFJF, a opção Arquitetura e Urbanismo, como novo curso a ser oferecido pela Universidade, apareceu em destaque expressivo.

Outro importante indicativo da necessidade do curso para a cidade foi a entrega do documento “SOLICITAÇÃO DO CLUBE DE ENGENHARIA À UFJF”, em 1985, no qual o Clube de Engenharia de Juiz de Fora, associação representativa da classe dos engenheiros, arquitetos e agrônomos da cidade, solicita expressamente “que a UFJF, no menor prazo de tempo possível, concretize a abertura de novos cursos de graduação: 1.Arquitetura e Urbanismo; 2.Informática; e 3.Engenharia Sanitária”

Em 1985 foi oficializado o primeiro processo de formação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFJF. No ano seguinte este processo foi submetido à apreciação pela Câmara de Ensino do CEPE/UFJF que deliberou por não aprovar a criação do curso devido a indefinições e contradições internas. Esta câmara deliberou ainda que deveria ser apresentada uma nova proposta evitando os problemas anteriores.

Assim, em 1987, criou-se a uma nova comissão para a criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, composta por professores e acadêmicos. Esta comissão apresentou a sua proposta final em 1990 considerando que o curso deveria ser locado na Faculdade de Engenharia e deveria ser organizado por meio de um sistema de ateliês. A aquisição de livros, pranchetas e sistema de informática poderia ser feita a partir de recursos recebidos por empresas empreiteiras e industriais da região.

No ano seguinte foi criada uma comissão com o intuito de atualizar o trabalho desenvolvido anteriormente com vistas e implantar o curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa comissão desenvolveu um relatório que fazia considerações para a melhoria da proposta inicial, chegando a uma grade curricular que atendia às exigências do Conselho Federal de Educação. Este trabalho ainda recebeu a crítica de cinco profissionais de Arquitetura que possuíam atuação tanto no meio acadêmico quanto no mercado.

Assim, no ano de 1992, a Universidade Federal de Juiz de Fora finalmente implantou o curso de Arquitetura e Urbanismo. Em 1995 foi solicitada a criação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, que foi implementado no mesmo ano tendo a formação inicial composta por seis professores.

Quatro anos depois, em 1999, o curso foi reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura com exigências de adequação do espaço físico, dos laboratórios de informática, tecnologia da construção e conforto ambiental; do acervo bibliográfico, de pessoal técnico-administrativo e finalmente do próprio currículo com vistas a atender a Portaria nº 1770, de 21 de dezembro de 1994, do Ministério de Educação e Desporto, que fixava as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Neste mesmo ano, foi elaborado e aprovado um novo currículo atendendo a já referida portaria de 1994. Essa estrutura curricular já possuía a divisão de disciplinas nas áreas de fundamentação, profissionalização e trabalho final de graduação, que foi mantida na atual reforma curricular.

A partir deste ano o curso coordenou mudanças no quadro de professores e, em 1999 foi iniciada a reforma de um dos galpões da Faculdade de Engenharia, a fim de ampliar as dependências do curso e atender às adequações físicas exigidas pelo MEC. O galpão foi ocupado em 2000 mesmo com o projeto parcialmente realizado.

A partir de 2007 o galpão do curso de Arquitetura e Urbanismo vem sendo renovado, reformado e adaptado, com o intuito de incluir Gabinetes de Professores, Núcleos de Pesquisa, espaços discentes e laboratórios.

Em 2008 parte os estudantes do curso boicotou o ENADE - Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes o que ocasionou a visita do MEC às instalações do curso. Em 2010 esta visita teve como resultado um relatório com novas exigências de adequação do curso para evitar sanções do governo federal. Dentre as exigências destacam-se a necessidade de criação de um Núcleo Docente Estruturante, revisão do Projeto Pedagógico de Curso, revisão do currículo com vistas a acrescentar disciplinas optativas e eletivas, o Estágio Curricular Supervisionado e as atividades

complementares conforme especifica as Diretrizes Curriculares do Ministério de Educação (Resolução nº 2 de 17/06/10). Também foi apontada a necessidade de compra de mobiliário e equipamentos, a formação de uma biblioteca com o número adequado de livros e a ampliação do quadro técnico-administrativo. Verificou-se ainda que a produção docente estava concentrada em apenas alguns professores, o que demonstrou um desequilíbrio, já que o corpo docente era constituído na grande maioria de professores com DE e 40h.

No mesmo ano foi recriado o Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo que, entre outras tarefas, ficou com a responsabilidade de elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e conduzir uma nova revisão curricular. Esta reformulação é fruto de um longo processo que teve seu início nos anos 2000 no qual foram feitas diversas tentativas de debate e revisão da estrutura curricular com diferentes graus de formalização que contaram com variadas equipes de trabalho coordenadas tanto por professores quanto pelos próprios alunos. Dentro deste processo atual destaca-se que, em 2011, foi realizada pelo Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CACAU) a XV Mostra de Arquitetura e Urbanismo com o tema “Do Fragmentado ao Fragmento” na qual a perspectiva de uma reforma curricular foi o tema central.

No segundo semestre de 2012 o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF completou 20 anos. Até o ano de 2011 foram graduados 601 arquitetos e urbanistas que atuam em diversas regiões do Brasil tanto em cargos públicos quanto privados ou mesmo como autônomos. Destaca-se ainda que, atualmente, sete professores efetivos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo são egressos do curso, correspondendo a aproximadamente um terço do total de professores. Nestes 20 anos, em momentos distintos, o curso notabilizou-se pela conquista de diversas premiações regionais, nacionais e internacionais recebidas por seus alunos, ex-alunos e professores.

3.2 PERFIL DO EGRESSO

O exercício profissional do arquiteto e urbanista no Brasil é regulado por lei. A habilitação é única, ou seja, não existem modalidades na profissão. A responsabilidade técnica e a responsabilidade social (código de ética) constam da lei 5.194/66, que regulamenta a profissão nacionalmente. Os arquitetos e urbanistas formados em qualquer unidade da Federação podem exercer sua profissão em todo o território nacional.

Como se sabe, as possibilidades de atuação profissional do arquiteto são bastante amplas. A partir do nosso contexto local e regional, e em função dos conteúdos

abordados em nosso curso, de acordo com as orientações indicadas pelo Ministério da Educação e outras diretrizes do conselho profissional, nossos egressos atuam principalmente nas seguintes atividades: estudos continuados de pós-graduação, principalmente, *stricto sensu*; prestam concursos públicos para cargos efetivos; abertura de escritório próprio, como contratado em empresas e em trabalho como profissional autônomo.

Devemos destacar que a cidade de Juiz de Fora é polo regional de toda a região da Zona da Mata, atraindo muitos alunos oriundos de cidades próximas. Muitos desses alunos voltam para as cidades de origem, alguns, que são da própria cidade permanecem, mas muitos migram para centros maiores. Para trabalhar em escritórios de terceiros - seja com projetos de interiores, paisagismo, fiscalização de obras, enfim, com projetos de diferentes naturezas e escalas. Esta é uma realidade verificada, sobretudo, a partir dos últimos cinco anos, quando houve um incremento expressivo no setor da construção civil brasileira. Por pesquisa realizada por docente do curso e pelos relatos informais que colhemos de ex-alunos, há uma boa aceitação e certa facilidade de aprovação em seleções de programas de pós-graduação e em escritórios, o que indica que nossos egressos se adequam às expectativas. Mesmo que a cidade não comporte satisfatoriamente todos os profissionais que formamos, há uma expansão natural do mercado que vem absorvendo nossos egressos.

Objetivamos através de nossa formação, que os egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF desenvolvam:

- 1) Perfil generalista, humanista, científico e empreendedor, capaz de solucionar problemas espaciais tanto na escala do edifício como na escala da cidade, com uma visão global, respeitando os princípios legais, éticos, ambientais e culturais tanto dos indivíduos quanto da coletividade, apto a compreender os diversos aspectos que envolvem a preservação e a conservação do patrimônio material nacional.
- 2) O curso deve formar arquitetos comprometidos com o desenvolvimento regional, tanto no Estado de Minas Gerais como em toda região sudeste do Brasil.
- 3) Ressalta-se a necessidade da formação continuada como atributo imprescindível para o egresso após a graduação em arquitetura e urbanismo.
- 4) Esse profissional deve estar apto a propor soluções físico-espaciais que atendam às demandas da sociedade, a responder aos desafios advindos das

transformações tecnológicas através de um arcabouço teórico-instrumental que lhe possibilite adaptar-se às mudanças para atuar de forma criativa, e ser afeito à prática da investigação e da produção de novos conhecimentos.

5) Ética, profissionalismo e espírito investigativo como atributos do egresso. Esse profissional possui habilidades e competências para contribuir na melhoria da qualidade de vida das populações.

6) Pode atuar em escritórios de arquitetura, construtoras, prefeituras, órgãos públicos, organizações não governamentais, órgãos de patrimônio histórico, cultural e ambiental, organismos de planejamento, departamentos de projetos, podendo também realizar trabalhos como profissional liberal, entre outros segmentos que o amplo mercado dispõe.

3.3 OBJETIVOS

Tendo em vista o perfil observado dos nossos egressos e as diretrizes curriculares do Ministério de Educação, o curso apresenta o objetivo geral de formar arquitetos comprometidos com o desenvolvimento local, regional e nacional, que propõem soluções físico-espaciais que atendam às demandas da sociedade. Em resposta às demandas locais e regionais, pretende-se que nosso egresso tenha um perfil generalista, humanista, científico e empreendedor, capaz de solucionar problemas espaciais tanto na escala do edifício como na escala da cidade, com uma visão global, respeitando os princípios legais, éticos, ambientais e culturais tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Que seja apto a compreender os diversos aspectos que envolvem a preservação e a conservação do patrimônio material nacional, que respondam aos desafios advindos das transformações tecnológicas através de um arcabouço teórico-instrumental que lhes possibilita adaptar-se às mudanças para atuar de forma criativa, e que sejam afeitos à prática da investigação e da produção de novos conhecimentos.

São objetivos específicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo:

- Estimular o pensamento reflexivo, a capacidade investigativa, criativa e solucionadora de problemas;
- Aprimorar a capacidade de trabalho em equipe;
- Desenvolver a habilidade de expressão e comunicação oral, escrita e gráfica;
- Enfatizar a importância dos aspectos ambientais;
- Enfatizar o entendimento da obra de arquitetura na sua relação com a cidade;

- Aprimorar valores éticos e humanísticos;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- Estimular atividades de extensão com o envolvimento na realidade social da comunidade;
- Que nossos egressos sejam aptos a desenvolver todo o espectro de atividades previstas nas atribuições da profissional do Conselho de Arquitetura e urbanismo – CAU.

3.3.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

3.3.1.1 AS COMPETÊNCIAS

Do ponto de vista legal (Lei 5194/66, Resolução 218/73 e Decisão Normativa 47/92 do CONFEA), compete ao arquiteto e urbanista o exercício das seguintes atividades: supervisão, orientação técnica, coordenação, planejamento, elaboração de projetos e de especificações, direção e execução de obras, ensino, assessoria, consultoria, vistoria, perícia e avaliação, todas referentes a construções, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura de interiores, urbanismo, planejamento físico, urbano e regional, desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito.

3.3.1.2 OS CONHECIMENTOS

A educação do arquiteto e urbanista deve ser assegurada por um ensino de nível universitário que mantenha o equilíbrio entre os aspectos teórico-conceituais, que constituem os campos de conhecimento de fundamentação e a pesquisa científica, e a prática profissional, entendida como Estágio Curricular Supervisionado e atividades de extensão e de pesquisa aplicada.

3.3.1.3 AS HABILIDADES

O arquiteto e urbanista deve ser apto a aplicar os conhecimentos da história, da cultura e das belas artes, com ênfase nas manifestações ocorridas no Brasil, da ecologia, da ciência e da tecnologia, na concepção do projeto de arquitetura e urbanismo. Assim como deve estar apto a compreender as questões ambientais e as relações entre as pessoas e entre as construções e o seu entorno, de modo que sua atividade profissional seja pautada nos princípios do desenvolvimento sustentável e vise a preservação da paisagem, do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural e a desenvolver práticas de pesquisa e de articulação com a sociedade. Dentre suas habilidades está também a capacidade de elaborar e gerenciar projetos de arquitetura e a absorver as mudanças tecnológicas ocorrentes no âmbito do seu exercício profissional.

Sabemos que há uma gama de conhecimentos que é igualmente importante para a formação do arquiteto, em última instância, para a própria articulação do pensamento que conduz ao ato projetivo. Verificamos que há pouca habilitação dos estudantes para atuação na área de tecnologia, principalmente no âmbito dos sistemas estruturais e das tecnologias e do gerenciamento da construção, embora essa área ocupe boa parte da carga horária do curso. Em relação à abordagem de projeto outro desnível é identificado e ocorre, paradoxalmente, nos setores de projeto de grande escala (urbanismo e planejamento urbano) e de pequena escala (Arquitetura de Interiores e detalhamento do projeto arquitetônico), que atribuímos à reduzida carga horária na estrutura curricular ou mesmo pela ausência de disciplinas que cubram essas competências.

Esses ajustes de conteúdos disciplinares que vêm sendo discutidos na reestruturação curricular do curso, no entanto, não impedem que haja uma formação satisfatória dos nossos egressos. Verificamos que esses têm se inserido bem no mercado de trabalho e apresentado, ainda, habilidades para o estudo continuado, pois a pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito da graduação com a formação de professores doutores em quase a totalidade do departamento. Com a abertura de novos concursos para professores, para contratação imediata (início de 2010) foram definidos perfis acadêmicos que venham completar as lacunas indicadas em algumas áreas.

Entretanto, sobre a área de tecnologia, por exemplo, não há uma gerência direta, pois essa área fica à cargo dos departamentos específicos destes campos (por exemplo: Departamento de Estruturas, de Engenharia Sanitária e Ambiental, de Energia, entre outros) na Faculdade de Engenharia, na qual o Curso de Arquitetura e Urbanismo é um entre outros cursos. Para o futuro, a estratégia que qualificamos como viável é uma aproximação mais consistente com esses departamentos com vistas à sedimentar nos programas e nas ementas as reais necessidades dos arquitetos e urbanistas.

3.4 ESTRUTURAÇÃO ACADÊMICA

3.4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular foi revisada com o objetivo inicial de adequação às carências observadas na estrutura anteriormente vigente, onde só se apresentavam disciplinas obrigatórias, numa rede de pré-requisitos um tanto rígida, sem disciplinas opcionais (eletivas e optativas), sem Estágio Curricular Supervisionado, sem creditação para atividades

extracurriculares, aspectos que foram apontados pelo MEC, na avaliação in loco realizada em 2010, como pontos críticos relacionados à dimensão didático-pedagógica.

No sentido desta adequação e buscando uma atualização geral em relação às Diretrizes Curriculares do MEC (Resolução nº 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC), e em relação à nova Lei que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR (No 12.378, de 31 de dezembro de 2010), a estrutura anteriormente vigente foi revista, levando à algumas modificações para aprimoramento, revisão de conteúdos, inclusão ou substituição de disciplinas. Visou ainda atender a padrões de qualidade para cursos de Arquitetura e Urbanismo propostos pela ABEA – Associação Brasileira de ensino de Arquitetura (2011).

Os objetivos específicos que orientaram a revisão da estrutura curricular são os seguintes:

- Criar novas disciplinas e/ou aprimorar ementas e programas das disciplinas existentes de forma a garantir que as habilidades e competências definidas pelas Diretrizes Curriculares do MEC (Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC, Art. 5º) requeridas para a atuação profissional plena do arquiteto e urbanista, estejam incluídas no conteúdo das disciplinas obrigatórias.
- Incorporar nos programas das disciplinas habilidades que potencializem o perfil desejado para os nossos egressos, tanto no âmbito Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC, Art. 4º, como pelo perfil do egresso do curso AUR da UFJF.
- Criar meios de realizar a interdisciplinaridade, quer seja através de uma disciplina obrigatória que articule conteúdos de disciplinas diversas, com a participação/orientação compartilhada entre professores destas disciplinas; quer seja pela integração entre teoria e prática, através de visitas a obras, laboratórios, viagens de estudos (Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC, Art 3º, III e IV).
- Flexibilizar o currículo com oferta de disciplinas opcionais (eletivas e optativas), para que o aluno possa moldar seu perfil de ênfase na área de especialização de sua escolha.
- Ainda no sentido da flexibilização, prever no currículo do aluno Atividades Complementares que sejam contadas no número de créditos totais obrigatórios, tais como projetos de pesquisas, monitorias, iniciação científica, projetos de extensão, minicursos, palestras, seminários (Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC, Art 3º, §2º).

- Considerar a participação em Atividades Extracurriculares no número de créditos totais obrigatórios no currículo do aluno, incluindo: qualidade de vida de habitantes da cidade, qualidade material do ambiente construído; uso de tecnologias com respeito a necessidades sociais, culturais, estéticas e econômicas das comunidades; equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído; valorização e preservação da arquitetura, do urbanismo e da paisagem como patrimônio e responsabilidade coletiva (Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC), Art 3º, §2º).
- Incluir Atividades Extracurriculares na creditação no currículo do aluno, incluindo “encontros, exposições, concursos, premiações, seminários internos e externos à instituição, bem como sua organização” (Resolução no 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC), mediante processo de avaliação. Para tender a critérios para qualidade dos cursos recomendado pela ABEA – Associação Brasileira de ensino de Arquitetura (2011), esta carga-horária não será contada nas 3600 horas mínimas estabelecidas pelo MEC (MEC - Res. No 2, de 18 de junho de 2007).
- À medida do possível, reduzir a carga horária em disciplinas obrigatórias para liberar créditos para a criação de disciplinas opcionais (eletivas e optativas), estágio, atividades complementares e atividades extracurriculares.
- Aumentar a flexibilidade vertical para que o aluno possa ter maior autonomia na escolha de disciplinas a cursar. Isto implica em reduzir, à medida do possível, os pré-requisitos entre disciplinas, mantendo apenas aqueles julgados de fato relevantes.

A estrutura curricular do curso, seguindo as diretrizes curriculares do MEC, divide-se em dois núcleos principais de conteúdos, seguidos do Trabalho de Conclusão de Curso. Estes núcleos não são estanques, podendo o aluno cursar disciplinas de ambos os núcleos concomitantemente, a seu critério, considerando as disciplinas livres de pré-requisitos, eletivas, optativas e atividades extracurriculares.

I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação;

II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais;

III - Trabalho de Curso

Os dois núcleos – Fundamentação e Profissionalização - são compostos por disciplinas nas áreas de: Representação e Expressão; Teoria e História; Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; e Tecnologia.

O Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, do primeiro ao quarto período, é composto por campos de saber que introduzirão aos alunos conhecimentos relativos à formação teórica e prática necessárias para que possam desenvolver o aprendizado em arquitetura e urbanismo.

O Núcleo de Conhecimentos Profissionais, do quinto ao oitavo período, será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso. Neste núcleo se enquadram ainda disciplinas eletivas que se apresentam como alternativas de aprofundamento, melhor consolidando conhecimentos gerais e específicos para uma das identidades profissionais, nas diversas áreas envolvidas na formação.

O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido em dois semestres, envolvendo três disciplinas:

- Metodologia de Pesquisa para o Projeto de Arquitetura e Urbanismo: Esta disciplina busca apresentar o processo de investigação e a prática da pesquisa através de metodologia científica aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo. Será também de grande importância na fundamentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que será acompanhado pelo professor orientador de TCC. O processo de construção do projeto de pesquisa realizado nesta disciplina deverá demonstrar coerência metodológica, concisão, objetividade e clareza, sendo avaliado segundo critérios e pesos relativos ao processo da pesquisa e aos produtos obtidos. Como resultado será elaborada uma pesquisa teórica e metodológica fundamentada nas normas básicas de trabalhos acadêmicos, estruturando-se a trama conceitual e teórica do tema em questão e definindo-se as diretrizes do projeto, tais como, levantamento de dados, elaboração do programa, escolha de local de intervenção, estudos relacionados ao mesmo.
- Trabalho de Conclusão de Curso I: disciplina pré-requisito para o TCC II, aborda o conteúdo específico, em uma das áreas de concentração do curso, com tema de livre escolha previamente acordado entre o estudante e seu orientador, que deve abranger os conhecimentos teóricos, técnicos e científicos, estudos de caso, pesquisa de programa e de área de implantação, necessários para o desenvolvimento do TCC II. Representa a orientação para a produção do conteúdo temático do produto “Relatório de Pesquisa”.
- Trabalho de Conclusão de Curso II: desenvolvimento de um Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico, no qual os alunos devem aplicar / expressar o conhecimento obtido durante a realização do curso, explorando ao máximo os conteúdos das diversas

áreas e/ou disciplinas. Pode constituir-se ainda numa demonstração de articulação teórica e metodológica, com aplicação prática para projetos de arquitetura e/ou urbanismo.

A partir do cruzamento e análise das disciplinas pré-existentes à reestruturação curricular, com as Habilidades e Competências constantes nas Diretrizes Curriculares do MEC (Resolução nº 2 de 17 de julho de 2010 do CNE/MEC), e dos campos de atuação previstos na Lei que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR (No 12.378, de 31 de dezembro de 2010), foi proposta a revisão das ementas, a criação de novas disciplinas, estruturando-as nos Núcleos de Fundamentação e Profissionalização. As matrizes de análise encontram-se como anexos do PPC (Anexos V, VI e VII – em fase de revisão. Serão disponibilizados em breve).

O conteúdo de cada disciplina é apresentado em um documento de Ementa e Programa, que compõe o Caderno de Currículo e Ementas, divulgado e disponível para *download* na página do curso na internet. Além disso, os professores são incentivados, logo no início das atividades a fornecer para os alunos um planejamento detalhado de aulas que, além de esclarecer as ênfases teórico-metodológicas a serem abordadas no semestre, descrevem as atividades, formas e critérios de avaliação e esclarecem as obrigações entre professores e alunos, sob a forma de cronograma de atividades.

Além dos conteúdos presentes nas disciplinas obrigatórias e opcionais, somam-se atividades nos laboratórios, viagens de estudos e visitas a canteiros de obras (estes dois últimos, além de serem oferecidos através de disciplinas, também são promovidos pelos professores de diversas disciplinas do curso) e atividades complementares extracurriculares de livre escolha, tais como participação em projetos de pesquisa e extensão junto aos grupos de pesquisas coordenados pelos professores do curso, monitorias, treinamentos profissionais, minicursos e seminários promovidos no âmbito do curso, além de atividades externas de livre escolha do aluno, a serem avaliadas e creditadas. Estas atividades, somadas ao estágio curricular supervisionado, propiciam ao discente aprofundamento em campos de seu interesse, dotando-o de habilidades e competência específicas que somarão na definição de seu perfil profissional.

Seguindo o regulamento acadêmico da UFJF, o curso adota o sistema de creditação. O planejamento da creditação total e parcial entre disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, Estágio Curricular Supervisionado e atividades complementares extracurriculares levou em conta o estabelecido como mínimo pelo pelas diretrizes curriculares do MEC (3600 horas incluindo todas as atividades curriculares MEC - Res. Nº 2, de 18 de junho de 2007), mas, para além disto, buscou atender à critérios adicionais, para

qualidade dos cursos, recomendado pela ABEA – Associação Brasileira de ensino de Arquitetura (2011), onde a carga-horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado e atividades complementares extracurriculares não deverá ser contada nas 3600 horas mínimas estabelecidas pelo MEC.

Desta forma, a carga horária total obrigatória mínima, incluindo disciplinas obrigatórias e eletivas, estágio curricular supervisionado e atividades complementares extracurriculares, soma 3960 horas/aula, sendo a carga horária específica em disciplinas obrigatórias e eletivas, de 3600 horas/aula.

A integralização desta carga horária deve acontecer em um período mínimo de 10 e de no máximo de acordo com o Regulamento Acadêmico de Graduação UFJF - Resolução Nº 11/97 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.4.1.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

3.4.1.1.1 DISCIPLINAS DE PROJETO

O conjunto de disciplinas de projetos que compõem a grade curricular busca uma formação que permita ao discente explorar intelectualmente aspectos fundamentais para o profissional arquiteto e urbanista, isto é, visa um diálogo acadêmico multidisciplinar, no sentido de formar o aluno para que possa organizar o conteúdo de ementas e programas de maneira a induzir, durante toda a sua formação, uma inter e transdisciplinaridade, tanto horizontal, quanto vertical, bem como em todos os campos do saber arquitetônico e urbanístico.

Pretende-se que o aluno desenvolva sua consciência crítica no que se refere à concepção e ao processo de projeto, colocando-se, ao mesmo tempo, como sujeito do processo produtor do objeto. Com isso, conceitualmente, parte-se do princípio de que há uma lógica na educação do arquiteto e urbanista que necessariamente imputa ao projeto a necessidade de pôr em paralelo, mas também entrelaçado ao modo do fazer e à formação temporal do estudante, aspectos relativos à crítica em relação à história e teoria, técnicas e linguagem profissional. A ética profissional não é esquecida durante todo o conjunto de disciplinas. Também, no campo da formação e da didática, sobre a concepção de trabalho, parte do princípio filosófico de liberdade imaginativa em relação à objetivação de trabalho, sem, entretanto, deixar de considerar a relação da viabilização efetiva da arquitetura e urbanismo imaginado, o que implicará numa necessária aproximação à realidade do fazer construtivo. Mais do que isso, tal condição de aproximação, entre o imaginário e o fazer, coloca como intermeso a representação do

objeto, o que para a condição de ensino é excepcionalmente exemplar, pois permite reconhecer que há arquitetura e urbanismo mesmo sem executar fisicamente o objeto, dado que estabelece como natureza o imaginado pelo aluno e, além disso, reconhece um domínio desta natureza pelo sujeito da imaginação, o que extrapola a condição dele de se ater apenas ao espaço didático determinado pela sala de aula. Especificamente, o espaço virtual, entendido não como um processo técnico, mas no campo conceitual como a efetiva produção material do profissional de arquitetura e urbanismo, é o que se pretende que o projeto fisicamente busque representar. Assim, próprio a esta profissão, está a abstração do que é formal e a não formalização do que é necessariamente tangível. Tendo como premissa esse entendimento foi pensado o projeto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF.

As disciplinas de projeto no curso trabalham sob uma visão de modificação de curto, médio e longos prazos. Neste primeiro momento, pelo cuidado que se quer ter com o impacto das transformações da grade curricular, o núcleo de professores de projeto que se estabeleceu por meio de reuniões coletivas com a grande maioria dos professores de projeto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, indicou a posição conservadora em termos de alteração significativa no formato da grade, mas com importantes e relevantes modificações de aspectos das ementas de disciplinas de projeto. Pode-se salientar que, como premissas de reelaboração, foram levantadas:

(1) a condição indissociável entre arquitetura e urbanismo;

(2) a necessária relação horizontal (com as disciplinas correlatas no semestre) e vertical com a rede de disciplinas do curso e principalmente com a sequência da formação nas disciplinas de projeto;

(3) a partir do item (2):

(3.1) a elaboração de um núcleo de fundamentação mais focado nos primeiros semestre do curso e, assim sendo, com a orientação de estabelecer para o aluno uma perspectiva do aprofundamento metodológico da relação entre o conceber e o fazer arquitetura e do processo de projeto;

(3.2) a formação de um núcleo intermediário com características de projeto integrado;

(3.3) a formação de um núcleo de projeto multidisciplinar e correlacionados entre si, envolvendo projeto urbano e regional, de paisagem de cidades, de arquitetura e urbanismo e de intervenção em bens de interesse cultural.

(4) as disciplinas de projeto de arquitetura e urbanismo não serão temáticas, mas precisam estabelecer, no âmbito do conteúdo programático, um conjunto de ênfases relacionadas a campos de formação a serem abordados no decorrer do semestre, tais como: desenho universal e acessibilidade, ergonomia, conforto ambiental e princípios de sustentabilidade, materiais e técnicas construtivas, mobilidade urbana etc. Tal situação facilitará tanto a consolidação de conhecimentos pelo discente, quanto os cruzamentos disciplinares na rede de disciplinas do curso.

Especificamente para as disciplinas de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, elas são oferecidas do primeiro ao oitavo período do curso, perpassam os ciclos de fundamentação e profissionalização, buscando promover o entendimento do processo de concepção da obra de arquitetura e urbanismo e sua relação com a cidade e o ambiente, enfatizando a forma de pensar o espaço, as metodologias para a abordagem à intervenção arquitetônica e a relação dessas com o entorno estão presentes, bem como os aspectos antropológicos, sociais e econômicos, e valores éticos, culturais e humanísticos envolvidos em cada projeto.

Este conjunto de disciplinas é estruturado a partir do processo de projeto convencional, que, apesar de pré-estabelecido permite uma diversidade de experiências projetuais, ao mesmo tempo em que viabilizam um desenvolvimento, em termos de tempo/espaço, conteúdo programático e complexidade e escala de intervenção ao longo dos períodos. Também, no conteúdo programático das disciplinas estão incluídas atribuições previstas pelo CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, como parte do cabedal de possibilidades de abordagens relacionadas aos projetos nas disciplinas.

Acrescenta-se ao contexto de formação de projeto o conjunto de disciplinas que abordam a cidade, onde se tem como proposta de reestruturação disciplinar a proposição de aprimorar a ênfase aos projetos urbanos.

Também, tratando-se de áreas livres, busca-se uma alteração no entendimento da paisagem pela nova estrutura do curso, deixando de restringir ao tema do paisagismo como equipamento urbano (praças, parques e jardins) para compor um novo campo de relações entre os lugares natural-geográfico, arquitetonicamente e urbanisticamente edificado e a paisagem humanamente constituída, todos como resultado histórico, técnico, social e cultural de uma população com ideários e imaginários revelados e compreensivamente entendidos pela perceptiva de leitura e produção de seus objetos materiais e imateriais.

3.4.1.1.2 DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E TEORIA

As disciplinas da área de história e teoria do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF têm como objetivo iniciar o aluno na compreensão mais ampla da arquitetura e nas múltiplas possibilidades de leitura do espaço urbano, entendendo as cidades, e todo o seu leque de manifestações culturais, como fenômenos históricos desde a antiguidade até a contemporaneidade. Através da busca constante de uma integração dos elementos urbano-arquitetônicos com os contextos morfológicos, históricos, sociais, políticos e culturais no sentido amplo, enfatizamos a apresentação de conteúdos que ampliem uma consciência crítica do aluno, tornando-o capaz de compreender a arquitetura e a cidade não apenas ao que toca a sua materialidade, como também aos seus simbolismos.

Sempre com a preocupação de não expor apenas narrativas lineares e cronológicas, as disciplinas da área de história e teoria também procuram dar suporte analítico e projetual para o desenvolvimento do aluno na integralidade da sua formação ao longo de todo o curso. Assim sendo; visitas de campo, estudos de caso, viagens de estudo, seminários, debates, exposições da produção discente, etc, são instrumentos de trabalho sempre presentes que permitem a apreensão mais qualitativa, por parte dos alunos, de conteúdos expostos no cotidiano das salas de aula. É, portanto, através dessas dinâmicas que pretendemos desafiar o aluno a traçar paralelos entre os discursos de épocas e de estilos distintos, capacitando-o a compreender a história e a teoria como partes fundamentais da formação plena de um arquiteto e urbanista no século XXI.

Por fim, propõe-se que a partir do material apresentado pelo professor e da própria produção discente, possamos desenvolver no aluno a capacidade analítica de compreensão do espaço e das suas formas, questionando acerca dos processos de fundação, desenvolvimento e consolidação das estruturas urbano-arquitetônicas ao longo dos processos históricos. Desta forma, é nossa intenção gerar um acervo próprio de conhecimentos necessários à compreensão e à valorização de temas atuais da agenda da arquitetura e do urbanismo tanto no Brasil como internacionalmente, a saber: patrimônio cultural, sustentabilidade, acessibilidade, memória, identidades e etc, tanto no que tange os seus aspectos materiais quanto imateriais e simbólicos.

Isto posto, passamos a apresentar a seguir as disciplinas obrigatórias que compõem a área de história e teoria do curso de arquitetura e urbanismo da UFJF:

Disciplinas obrigatórias:

- Introdução à Arquitetura e Urbanismo;
- História da Arte I e II;
- História da Arquitetura e do Urbanismo I, II e III;
- Arquitetura Brasileira;
- Teoria da Arquitetura e do Urbanismo I, II e III;
- Vida Urbana, Globalização e Mudança Social;
- Técnicas Retrospectivas.

3.4.1.1.3 DISCIPLINAS DE REPRESENTAÇÃO E EXPRESSÃO GRÁFICA

O conjunto das disciplinas obrigatórias da área de Representação e Expressão Gráfica é formado por 10 (dez) disciplinas, de 3 (três) créditos cada uma, perfazendo um total de 30 (trinta) créditos destinados a essa área, o que representa 13% (treze por cento) dos total de créditos mínimos necessários para a integralização do currículo. Elas devem ser preferencialmente cursadas ao longo dos três primeiros períodos do curso, pois fazem parte do Ciclo de Fundamentação.

As disciplinas estão estruturadas de tal forma a oferecer aos alunos as possibilidades de contato tanto com as técnicas tradicionais de representação quanto com as novas tecnologias de informação e comunicação incorporadas aos processos de projeto. Também as disciplinas exploram tanto os aspectos artísticos quanto técnicos (normativos) da representação e expressão gráfica em Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, destaca-se que, além das disciplinas “Estudo da Forma para Arquitetura e Urbanismo” e “Prototipagem Virtual e Fabricação Digital para Arquitetura e Urbanismo”, as demais disciplinas são complementares.

As disciplinas “Expressão Manual Artística para Arquitetura e Urbanismo I”, “Representação Manual Técnica para Arquitetura e Urbanismo I”, “Expressão Digital Artística para Arquitetura e Urbanismo I” e “Representação Digital Técnica para Arquitetura e Urbanismo I” articulam-se entre si, de forma a garantir as combinações possíveis entre expressão artística, representação técnica, emprego de técnicas manuais e de tecnologias digitais nos processos de representação e de expressão.

As disciplinas citadas no parágrafo anterior apresentam-se, respectivamente, como pré-requisitos para as disciplinas “Expressão Manual Artística para Arquitetura e

Urbanismo II”, “Representação Manual Técnica para Arquitetura e Urbanismo II”, “Expressão Digital Artística para Arquitetura e Urbanismo II” e “Representação Digital Técnica para Arquitetura e Urbanismo II”, as quais têm por objetivo aprofundar as competências e habilidades desenvolvidas anteriormente.

As ementas das disciplinas foram propostas enfocando-se as habilidades cognitivas, técnicas e aplicadas ao projeto fundamentalmente necessárias para a formação dos arquitetos e urbanistas no que tange à área de representação e expressão gráfica. No entanto, ressalta-se que os conteúdos dessa área também são abordados nas disciplinas das áreas de projeto e de tecnologia, uma vez que as técnicas e tecnologias de expressão e representação gráfica constituem-se em subsídios basilares para o desenvolvimento dessas áreas.

Todas as disciplinas são práticas, portanto ministradas em turmas de até 20 alunos por professor, alocados nos Laboratórios de Modelos e Maquetes, Laboratório de Representação e Expressão Gráfica em Arquitetura e Urbanismo, Laboratórios de Representação e Expressão Digital I e II em Arquitetura e Urbanismo e Laboratório de prototipagem.

3.4.1.1.4 AS DISCIPLINAS DE TECNOLOGIA

Uma obra deverá funcionar adequadamente ao seu uso e sem riscos, com as melhores técnicas e materiais disponíveis, respeitando princípios de sustentabilidade. Cada projeto deve passar por criterioso estudo que leve ao bom desempenho, considerando requisitos como segurança estrutural, estanqueidade, resistência ao fogo e conforto ambiental, entre outros, que dependem não só da forma arquitetônica, como do sistema construtivo adotado.

A tecnologia está em permanente evolução e os profissionais de arquitetura devem estar atentos às transformações de cada era, para lançar mão de materiais mais eficientes e de menor custo. Com estes enfoques são montados os programas e ementas da área de Tecnologia do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, que seguem primordialmente, o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do MEC (Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010):

Artigo 5º

“O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

VII - os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII - a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;”

Além disso, o conteúdo das disciplinas de Tecnologia baseia-se nas atribuições profissionais do Arquiteto e Urbanista previstas pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Dessa forma, a área de Tecnologia do curso é contemplada com disciplinas que correspondem a 24% do total dos créditos mínimos necessários das disciplinas obrigatórias e opcionais (eletivas e optativas) somados, distribuídas nos seguintes conjuntos:

- Uma disciplina de **Topografia** (2º período), que apresenta aos alunos conhecimentos a serem usados na análise de terrenos para implantação de projetos, lançando mão de técnicas e equipamentos que auxiliem a encontrar a solução de menor movimentação de terra possível e a prever, quando necessário, soluções de contenção como muros de arrimo e cortinas. Conseqüentemente, este conhecimento auxilia na determinação dos volumes da construção de acordo com o terreno disponível, contribuindo para a concepção mais adequada e econômica. São também abordados na disciplina fotointerpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto.
- Seis disciplinas denominadas **Tecnologia**: Este conjunto abrange vasto campo de conhecimento da tecnologia, incluindo não só características do ambiente construído como também a infraestrutura urbana e o saneamento ambiental. Aborda questões técnicas e de gestão relacionadas à sustentabilidade do projeto arquitetônico e urbano.

Tecnologia I - **Materiais** (2º período)

Tecnologia II - **Técnicas Construtivas** (3º período)

Tecnologia III - **Instalações Hidrossanitárias** (4º período)

Tecnologia IV - **Instalações Elétricas** (5º período)

Tecnologia V - **Infraestrutura Urbana** (6º período)

Tecnologia VI - **Saneamento Ambiental** (7º período)

Tecnologia VII – **Gestão de Projetos e relação com o Canteiro** (8º período)

- Seis disciplinas denominadas **Sistemas Estruturais (I a VI)**: Este conjunto fornece aos alunos conhecimentos necessários ao conhecimento da área de estruturas, como estabelece o MEC, passando por modelos estruturais e diferentes tipos de materiais como aço, concreto e madeira.

Sistemas Estruturais I - **Modelos** (1º período)

Sistemas Estruturais II - **Estática das Construções e Resistência dos Materiais** (2º período)

Sistemas Estruturais III - **Aço e Madeira** (3º período)

Sistemas Estruturais IV - **Concreto Armado** (4º período)

Sistemas Estruturais V - **Fundações e Estruturas Especiais** (5º período)

Sistemas Estruturais VI - **Projeto de Estruturas** (6º período)

- Uma disciplina de **Estudos Ambientais** – aborda elementos ambientais alterados pelo processo de urbanização e seus impactos sob a qualidade de vida, questões relacionadas à preservação da paisagem e à avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável.

- Três disciplinas denominadas **Conforto Ambiental para Arquitetura e Urbanismo**: Este conjunto fornece aos alunos conhecimentos relacionados à sustentabilidade ambiental, ao clima e suas relações com a arquitetura e urbanismo. As disciplinas abordam conhecimentos relacionados ao conforto acústico, visual, térmico questões associadas de eficiência energética e bem como o domínio das técnicas apropriadas a estes associadas.

Conforto Ambiental para Arquitetura e Urbanismo I – voltado para questões gerais da sustentabilidade ambiental, clima e relações com a arquitetura e urbanismo. Focaliza questões relacionadas ao conforto térmico e relações com a eficiência energética.

Conforto Ambiental para Arquitetura e Urbanismo II – focaliza o conforto visual. Aborda a iluminação natural e artificial como elementos complementares com vistas ao conforto visual e à eficiência energética.

Conforto Ambiental para Arquitetura e Urbanismo III – focaliza o conforto acústico. Aborda a acústica ambiental, tratando de questões relacionadas aos

impactos do ruído e seu controle e a Acústica Arquitetônica, para a prevenção e controle de ruídos no ambiente construído e projetos acústicos de locais.

As disciplinas de Tecnologia, vale ressaltar, sempre que possível dão suporte ao desenvolvimento dos projetos arquitetônicos nas disciplinas mais próximas na grade curricular, no sentido da promoção de integração disciplinar, e em especial, no Projeto de Arquitetura e Urbanismo V e VI.

3.4.1.2 DISCIPLINAS OPCIONAIS

As disciplinas opcionais compreendem disciplinas eletivas e optativas e têm o caráter de oferecer uma oportunidade de aprofundamento ou de um direcionamento mais específico de estudo na área temática de interesse do aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Estas contemplam os programas e os conteúdos escolhidos pelo próprio aluno, proporcionando-lhe assim uma maior profundidade na abordagem de assuntos específicos, conferindo-lhe habilidades, conhecimentos e competências que o ajudarão a definir o seu perfil profissional, podendo ainda representar um conjunto mais abrangente de temas do seu maior interesse.

Importante ressaltar que tais disciplinas, embora não tenham o caráter de obrigatórias, constituem-se em conteúdos fundamentais de complementação na formação do aluno que, através destas, pode buscar avançar e se aperfeiçoar, ainda na graduação, em temas e conteúdos que poderão vir a ser objeto de uma eventual pós-graduação ou de seus próprios interesses futuros como arquiteto e urbanista.

Vale esclarecer, conforme definido no RAG, a diferença entre disciplinas eletivas e optativas.

Disciplinas Eletivas: conjunto de disciplinas optativas, relativas a um Curso, determinado pelo respectivo Colegiado, no qual o aluno deve cursar um número de créditos pré-determinado.

Disciplinas Optativas: são as que se destinam à formação da cultura geral ou a complementar conhecimentos específicos, de livre escolha do aluno.

A seguir são apresentadas as disciplinas eletivas propostas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo. O Anexo VIII apresenta as disciplinas de outros departamentos, propostas como eletivas para o curso de arquitetura e urbanismo da UFJF.

Disciplinas eletivas (oferecidas pelo departamento AUR):

- Arquitetura Contemporânea no Brasil;
- Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo;
- Teoria do Projeto de Arquitetura e Urbanismo para Trabalho Final de Graduação;
- Tópicos de História da Arquitetura e do Urbanismo para o TCC;
- Viagens de estudos arquitetônicos e urbanos.
- **Área de Representação e Expressão**
Maquetes e Modelos
- **Área de História e Teoria**
Arquitetura Contemporânea no Brasil;
Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo;
Teoria do Projeto de Arquitetura e Urbanismo para Trabalho Final de Graduação;
Tópicos de História da Arquitetura e do Urbanismo para o TFG;
Viagens de estudos arquitetônicos e urbanos;
- **Área de Projeto**
Projeto Executivo
- **Área de Tecnologia**
Integração dos Princípios de Sustentabilidade à Arquitetura e Urbanismo

3.4.1.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Conforme a **nova lei do estágio 11788/08**³, estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando ensino médio regular e profissional, graduandos, ensino de educação especial e últimos anos do ensino fundamental EJA (educação para jovens e adultos).

O estágio faz parte do projeto pedagógico e da matriz curricular, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

As vivências oportunizadas pela prática do estágio representam um diferencial significativo na formação profissional em todos os campos de saber. Para isso, a ponte

³ Ver nova lei do estágio 11788/08 no Manual de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF.

que se estabelece entre a universidade e as instituições que disponibilizam esta prática podem e devem extrapolar o mero cunho operacional e adentrar uma parceria mais profícua no sentido da busca por inovação tecnológica e desenvolvimento de processos produtivos e educacionais.

A aprovação da Nova Lei do Estágio em 25/09/2008 envolveu as preocupações Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Emprego e Renda e fortaleceu ações norteadoras para as práticas de estágio como um ato educativo. Além disso, coibiu as relações perniciosas que, historicamente, promoviam o desvio de função e a exploração de mão de obra barata.

Em consonância com essa política governamental a Universidade Federal de Juiz de Fora através da Pró-Reitoria de Graduação criou a Coordenação de Estágios que tem como objetivo a construção e consolidação de uma política de estágios para a UFJF que seja capaz de resguardar os estagiários, estreitar a parceria com as instituições conveniadas e garantir o atendimento às peculiaridades de cada curso.

O “Estágio Curricular Supervisionado” integra o currículo de formação do arquiteto e urbanista sendo, portanto, de cumprimento obrigatório para todos os estudantes de arquitetura e urbanismo e regido por normas federais de educação. Ele consiste de experiência em efetivo ambiente de trabalho, supervisionada por profissionais habilitados e acompanhada pela Instituição de Ensino, com o objetivo de proporcionar real experiência de exercício profissional, com seu processo documentado e avaliado pelos dois intervenientes, escola e empresa.

Cabe ao Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo indicar os professores integrantes da Comissão de Orientação de Estágio - COE, bem como seu presidente. Ao presidente da COE cabe designar o professor responsável pela supervisão de estágio do aluno, ao qual caberá orientar e acompanhar o estágio. No decorrer do estágio, o professor supervisor poderá considerá-lo inadequado e conseqüentemente inaceitável, indicando que procure outro estágio que seja adequado.

Ao início do processo de estágio, o aluno estagiário deverá procurar o professor supervisor, pertencente à Comissão de Orientação de Estágio, para o acompanhamento de sua experiência “nos dias e horários de atendimento” fixados para tanto.

O não cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado com obtenção de avaliação positiva impede o aluno da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme norma federal, incidindo na não conclusão do curso.

Total de Horas Obrigatórias: 180 hs (12 horas semanais)

Creditação: 12 créditos

Semestres Considerados: o estudante poderá matricular-se na disciplina Estágio Curricular Supervisionado entre o 5º e o 9º período, período disponível para sua efetivação e validação, a critério do Professor Supervisor, por ocasião da apresentação do relatório.

Os alunos do curso de Arquitetura de Urbanismo sempre buscaram a experiência do exercício profissional por meio de estágios, principalmente em escritórios de arquitetura, órgãos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e construtoras. De 2010 até o momento, ainda sem caráter obrigatório, cerca de 70 alunos registraram formalmente seus estágios junto a Coordenação de Estágios da UFJF, através de contrato com a empresa e plano de atividades aprovado pela coordenação do curso.

Na estrutura curricular atual do curso, são previstos doze créditos para o estágio curricular supervisionado, o que representa 5% do total de créditos obrigatórios.

O Manual do Estágio, contendo todas as informações necessárias e normas pertinentes, encontra-se no Anexo IX deste documento.

3.4.1.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A atribuição de créditos para atividades complementares como componentes curriculares representa uma das estratégias adotadas para a flexibilização curricular deste curso. O curso e a instituição, através de suas diversas instâncias, oferecem ampla gama de oportunidades de monitoria, treinamento profissional, iniciação científica, iniciação extensionista, seminários, congressos, palestras e minicursos. Além disso, o estudante poderá buscar atividades de sua livre escolha, externas ao curso e à instituição, que são reconhecidas mediante processo de avaliação pelo colegiado. Na estrutura curricular do curso são previstos doze créditos para as atividades complementares, o que representa 5% do total de créditos obrigatórios.

O curso, através de comissões específicas (Comissão de 20 anos do curso, Comissão de Integração entre outras), do Grupo de Educação Tutorial – GET/Arquitetura e de grupos de professores, organiza anualmente minicursos, palestras e seminários que visam atender a demandas internas, debater temas de interesse da cidade ou ainda abordar problemáticas atuais da sociedade.

O Centro Acadêmico - CACAU, com o apoio da Coordenação e da Faculdade de Engenharia, promove a Semana dos Calouros e a Mostra de Arquitetura e Urbanismo - MAU, onde são organizadas atividades de naturezas diversas, como exposição de trabalhos de alunos, seminários, palestras, minicursos, etc.

O Mestrado em Ambiente Construído, vinculado à Faculdade de Engenharia, do qual participam professores do curso, também oferece palestras extensivas aos alunos da graduação.

No âmbito regulamentar, originalmente, a Resolução CONGRAD 18/2002 (Anexo X) definia e aprovava a “Flexibilização dos Currículos de Graduação” na UFJF, estabelecendo uma série de atividades acadêmicas e seus respectivos “Créditos ou Carga Horária no Período Letivo”. Posteriormente, a Resolução CONGRAD 23/2004 e a Resolução 23/2004-Anexo, ambas em vigor, vieram a substituir o quadro de atividades. Além daquelas obrigatórias, como cursar disciplinas, com número pré-fixado de créditos, existem diversas outras complementares que os alunos podem exercer, para as quais é estabelecido um número de créditos máximo, dependendo do caráter de cada uma.

Destaques:

Resolução CONGRAD 18/2002

Art. 2º - Definir atividade acadêmica como aquela relevante para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias a sua formação.

Parágrafo Único – Toda atividade acadêmica curricular deverá:

I – ficar sob a responsabilidade de, pelo menos, um professor;

II – ter autorização prévia do Colegiado do Curso ou do Conselho de Unidade;

III – incluir procedimentos de avaliação do rendimento do aluno.

Art. 4º - Atribuir aos **Colegiados de Cursos ou Conselho de Unidade** a responsabilidade de definir a participação de cada atividade acadêmica na integralização do currículo dos cursos, bem como seu caráter optativo, eletivo ou obrigatório, **sujeito à aprovação do Conselho Setorial de Graduação.**

Quadro de atividades (Resolução 23/2004-Anexo):

Anexo à Resolução 023/2004 – CONGRAD

Atividades Acadêmicas Curriculares		Créditos ou Carga Horária por Atividade no Período Letivo	
Atividades de iniciação à docência, à pesquisa, à extensão ou treinamento profissional.		04 créditos	
Atividades a distancia	- disciplina	Pré-fixado	
	- teleconferência ou similar	Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito	
Disciplina		Pré-fixado	
Elaboração de Monografia		02 créditos + carga horária específica do currículo do Curso	
Estágio Curricular		Pré-fixado	
Grupos de Estudo		02 créditos	
Participação em eventos	- congressos	. apresentação de trabalhos	01 crédito por título de trabalho
		. organização	01 crédito
		. participação	Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- seminários		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- colóquios		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- simpósios		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- encontros		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- festivais		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- palestras		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- exposições		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- oficinas		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- cursos de curta duração		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	- outros (a serem definidos pelo Colegiado de Curso ou conselho de Unidade e homologados pela Pró-Reitoria de Graduação)		Proporcional à carga horária limitando-se a 01 crédito
	Seminário		Pré-fixado
Vivência Profissional Complementar		01 crédito	
Outras (a serem definidas pelo Colegiado de Curso ou Conselho de Unidade e homologadas pela Pró-Reitoria de Graduação)		---	

Anexo à Resolução 023/2004 – CONGRAD

Atividades Acadêmicas Curriculares			Créditos ou Carga Horária por Atividade no Período Letivo
Artigo Especializado	Artigo completo publicado em anais de congresso científico nacional	Anais com câmara editorial de revisão	02 créditos
	Artigo completo publicado em anais de congresso científico internacional	Anais com câmara editorial de revisão	03 créditos
	Artigo em periódico especializado nacional com corpo editorial externo	Revista indexada (ISSN)	03 créditos
	Artigo em periódico especializado estrangeiro com corpo editorial externo	Revista indexada (ISSN)	04 créditos
	Artigo de divulgação científica, técnica e artística publicado em jornal ou periódico não indexado	-	01 crédito
	Livro publicado no país	ISBN ou editora com conselho editorial	06 créditos
	Capítulo de livro publicado no país	ISBN ou editora com conselho editorial	04 créditos
	Capítulo de livro publicado no exterior	ISBN ou editora com conselho editorial	06 créditos
	Livro publicado no exterior	ISBN ou editora com conselho editorial	08 créditos

3.4.2 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

O curso, como mencionado anteriormente, estabelece quatro áreas de conteúdo curricular: Representação e Expressão; Teoria e História; Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; e Tecnologia. Esses conteúdos se interpenetram, mas guardam uma essência temática que permite que sejam agrupadas determinadas disciplinas pelo conteúdo mais comum. Ou seja, há informações de história na disciplina de projeto, assim como há informações de caráter tecnológico em disciplinas de expressão. As combinações são muitas. No entanto, a tendência geral é que as disciplinas do grupo de projeto se debrucem sobre o ofício projetual, as de história, sobre informações que articulem ideias na linha tempo-espço, as de tecnologia versem sobre conteúdos mais técnicos, e as de meio de representação e de expressão, que organizem as possibilidades de veiculação das ideias de projeto.

Nas atividades de Pesquisa, através de diversos programas de Iniciação Científica vinculados à Pesquisa dos docentes do curso, os estudantes têm a oportunidade de aprofundar conhecimentos em áreas de seu maior interesse, e, eventualmente, despertar para possíveis áreas de atuação profissional.

A experiência prática se dá principalmente através do Estágio Curricular Supervisionado, que se configura em uma disciplina curricular acompanhada por uma Comissão de Orientação do Estágio. Além disso, atividades vinculadas a bolsas de Treinamento Profissional, Projetos de Extensão, Monitoria entre outros, são também oportunidades de experiência prática que podem revelar interesses profissionais e promover o desenvolvimento de habilidades e competências específicas.

Reconhecemos que, tanto em nosso curso como em outros, haja o que chamamos de protagonismo do projeto. Dada a especificidade na formação do Arquiteto e Urbanista, o projeto é reconhecido entre professores e alunos, em termos curriculares, como o lugar da síntese da atividade profissional, logo, síntese também do aprendizado dos alunos.

3.4.3 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAUR – constitui a base de sustentação do próprio Curso, tendo em vista que se trata do elemento responsável pela definição das estratégias que permitem seu adequado funcionamento e pela interlocução com outros departamentos e unidades da UFJF através dos quais são oferecidas determinadas disciplinas constantes da matriz curricular do mesmo.

De acordo com as próprias indicativas do MEC, o DAUR tem estado atento à promoção da correlação entre a área de atuação de seus docentes e as disciplinas por eles ministrados. O mesmo cuidado se reflete, também, no nível de formação que tem se exigido desses profissionais – para chamadas de novos concursos, tem se dado preferência para candidatos que possuam doutorado e, em alguns casos, mestrado, e para os docentes já pertencentes ao quadro, tem sido incentivada a sua qualificação – bem como o regime de trabalho escolhido, cuja ênfase se dá naquele referente à dedicação exclusiva, o que permite melhores condições de atuação na produção de pesquisas, e consequentemente, conhecimento.

No que se refere ao envolvimento do corpo docente e discente em atividades acadêmicas, mais especificamente naquelas ligadas a ensino, pesquisa e extensão, são desenvolvidos projetos, ligados (ou não) aos grupos de pesquisas aos quais são envolvidos os professores do DAUR (tais grupos são: Ágora, REARQ, Urbanismo em

Minas Gerais, NEHAB, GEES, todos cadastrados no CNPq), os professores de outros departamentos (PARES, NIMO, LEERNER) e aos Grupos de Educação Tutorial (GET AUR, PET elétrica), o que reforça o potencial de desenvolvimento de conhecimento de forma integradora e transdisciplinar.

A participação dos discentes nessas atividades é estimulada a partir do entendimento de que elas complementam e, mesmo, fortalecem os conteúdos ministrados nas disciplinas, proporcionando experiências que aliam a teoria à prática, incentivam o desenvolvimento da sua produção intelectual (através da sua participação, com a elaboração ou não de textos acadêmicos, em seminários, congressos, oficinas etc) bem como o trabalho em equipe que, em alguns projetos, envolve, num eixo multidisciplinar, a participação de discentes de outros cursos.

Tal atuação está pautada no artigo 3º. da Resolução nº. 018/2002 do Conselho de Graduação da UFJF, que estabelece os tipos de atividades acadêmicas curriculares, tais como: I – atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão; II – atividades a distância; III – disciplina; IV – elaboração de monografia; V – Estágio Curricular Supervisionado; VI – grupos de estudo; VII – participação em eventos; VIII – seminário; IX – vivência profissional complementar; X – outras, consideradas pelo Colegiado de Curso ou Conselho de Unidade relevantes para formação do aluno, a serem homologadas pela Pró-Reitoria de Graduação.

Sendo assim observa-se, no cotidiano do Curso, os discentes envolvidos com monitorias, treinamento profissional, pesquisa, extensão universitária, grupo de educação tutorial, assim como, com estágio em diversas empresas de construção, escritórios de arquitetura e órgãos governamentais não ligados diretamente à UFJF.

Os recursos para muitas destas atividades se originam da captação feita individualmente pelos professores em diversos âmbitos, destacando-se programas de incentivo da própria UFJF, a agência estadual de fomento FAPEMIG e da principal agência de caráter nacional, o CNPq.

O quadro abaixo resume os projetos e demais atividades em andamento:

(Em etapa de revisão)

PROJETO/ ATIVIDADE	GRUPO DE PESQUISA	Nº. DE DOCENTES ENVOLVIDOS	Nº. DE DISCENTES ENVOLVIDOS
Monitoria			
Arquitetura e Sociedade			

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto produção de conhecimento, merece destaque. Através de mecanismos de acompanhamento, orientação e avaliação, o discente tem a possibilidade de, durante dois semestres consecutivos, mais especificamente os dois últimos do Curso, aplicar todos os conhecimentos adquiridos na produção de um trabalho que é defendido frente a uma banca formada por professores do DAUR e de outros departamentos e/ou instituições de ensino (escolhidos conjuntamente pelo discente e seu orientador de acordo com a sua proximidade com o tema desenvolvido no trabalho). Visando a aproximação entre o formando e as condições que o cercam em sua futura atuação no mercado de trabalho, os docentes orientadores têm incentivado seus orientandos a adotar temas que possam ser efetivamente aproveitados por administrações municipais, instituições públicas e privadas, entre outras, para serem, desta forma, mais facilmente implementados e usufruídos pela população em geral.

3.4.4 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A autoavaliação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, a ser realizada periodicamente, torna-se um processo de preparação para a avaliação externa, realizada por visitantes designados pelo MEC, e toma por base:

- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES;
- Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que aprova o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do SINAES. Este sistema abrange a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) e, conforme consta no artigo 3º da lei 10.861, “terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores...”.

A seguir apresenta-se um extrato da lei e das portarias mencionadas, para entendimento e embasamento de todo o processo:

Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1o A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

Portaria nº 2.051 de 9 de julho de 2004

No que tange à coordenação do processo de avaliação das IES:

Art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

No que tange à avaliação das IES:

Art. 9º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de autoavaliação e de avaliação externa.

Art. 10. A autoavaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação(CPA).

Art. 13. As avaliações externas in loco das IES serão realizadas por Comissões Externas de Avaliação Institucional designadas pelo INEP, devendo ocorrer após o processo de autoavaliação.

Art. 15. As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão as seguintes informações e documentos:

...

V - relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;

Art. 32. A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa

escala de cinco níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições.

Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008.

INSTRUMENTO PARA A AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:

O instrumento é o “roteiro” seguido pelos avaliadores externos, na ocasião de avaliação do curso e considera as dimensões e pesos a seguir, devendo ser, também, uma referência para o curso de AUR em um processo permanente de implantação de melhorias.

- 1 - Organização didático-pedagógica - 40
 - 2 - Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo - 35
 - 3 - Instalações físicas - 25
- TOTAL - 100

3.4.4.1 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO AUR

O processo de autoavaliação do AUR é coordenado por uma Comissão de autoavaliação designada (eleita) pelo Departamento de AUR, constituída por 5 membros do curso - 03 professores, 01 aluno e 01 funcionário, com mandato de 2 anos.

METODOLOGIA

A metodologia de autoavaliação proporciona a alunos, professores e funcionários externarem suas opiniões e avaliações (sem identificação pessoal), em determinadas dimensões do INSTRUMENTO PARA A AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO do MEC, cruzando os grupos envolvidos da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1 - Autoavaliação - Metodologia

Aluno avalia	Comissão avalia	Período
Professor/Disciplina	-	Semestral*
Aluno		Semestral
	Professor, aluno, técnicos-administrativos	Anual
	Instalações físicas, biblioteca...	Anual
	Organização didático- pedagógica	Anual

*ANTES do término do semestre letivo, para que a avaliação não sofra influência das notas finais obtidas pelos alunos nas disciplinas cursadas.

A seguir apresentam-se os cruzamentos dos grupos (docentes, discentes e técnico-administrativos) e os quesitos a serem avaliados.

AUTOAVALIAÇÃO SEMESTRAL

a) Aluno avalia Professores e Disciplinas:

Questionário *on line* na página do curso na Internet, para ser respondido opcionalmente pelos alunos, acessível por meio do número de matrícula. São atribuídas notas de 1 a 5 em quesitos objetivos⁴. A coleta de informações (questionário *on line*) compreende obter dados, compilar, interpretar, divulgar e estabelecer (Comissão de Autoavaliação) procedimentos e metas corretivas.

⁴ PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004 - *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*: Art. 32. A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa **escala de cinco níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável** para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e reconhecimentos de instituições.

Quesitos avaliados (professor/disciplina) - Tabela 2:

Tabela 2 - Quesitos de avaliação do professor/disciplina pelos alunos

1.	O programa da disciplina foi apresentado no início do curso?
2.	O programa proposto foi cumprido?
3.	Qualidade dos recursos didáticos adotados (notas de aula, apostila, slides, livros, etc)
4.	Pontualidade do professor
5.	Professor foi solícito durante o curso?
6.	Preparo do Professor para a disciplina.
7.	Importância do conteúdo da disciplina para sua formação.
8.	Professor conseguiu mostrar a importância do conteúdo do curso para o exercício profissional.
9.	Coerência das avaliações aplicadas com o conteúdo ensinado.
10.	Avalie seu conhecimento adquirido na disciplina.

b) Alunos avaliam alunos:

	Autoavaliação discente individual - Tem o caráter de exercitar a autocrítica voltada para motivação, postura, etc.
1.	Tenho postura crítica em relação aos problemas do curso e desenvolvo ações claras para tentar corrigi-los.
2.	Tenho postura participativa e interessada nas disciplinas que curso.
3.	Pesquisei os assuntos propostos, ao invés de sempre deixar para os colegas de meu grupo.
4.	Busco permanentemente informações sobre o conteúdo das disciplinas além daquelas passadas pelos professores.
5.	Procuro perceber a importância da relação entre as disciplinas, sem esperar que o curso seja perfeito nesse aspecto
6.	Participo de eventos organizados pelo curso, como seminários, congressos e palestras.
7.	Participo de eventos externos como seminários, congressos e palestras.
8.	Sou motivado, de um modo geral, a aprender, discutir e me aperfeiçoar.
9.	Procuro ter uma postura de tentar melhorar o curso coletivamente.

AUTOAVALIAÇÃO ANUAL

a) Comissão avalia alunos coletivamente

	Avaliação coletiva do corpo discente pela Comissão
1.	Participação efetiva em órgãos colegiados
2.	Organização de eventos

b) Comissão avalia Corpo Docente:

- Formação acadêmica, experiência e dedicação do coordenador à administração e à condução do curso.
- Caracterização (tempo de dedicação e de permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE*).
- Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso.
- Produção de material didático ou científico do corpo docente.

A Tabela 3, na página seguinte, complementa e sugere pontuação de avaliação para os quesitos propostos pelo MEC.

Tabela 3 - Avaliação anual de professores pela Comissão de Autoavaliação do AUR

Planilha de Avaliação do Professor pela Comissão de Autoavaliação			
Nome:	Pontos	Quant.	Total
Titulação			
Graduação	0		
Especialização	3		
Mestrado	8		
Doutorado	15		
Regime de trabalho			
Regime de Dedicção Exclusiva	10		
40 horas	5		
20 horas	3		
Produção - Pesquisa			
Artigos completos em periódico indexados	15		
Artigos completos aceitos para publicação	8		
Livros publicados	15		
Capítulos de livros	10		
Organização de livros	10		
Trabalhos completos em eventos	5		
Depósitos de patentes nacionais	10		
Depósitos de patentes internacionais	15		
Banca de Mestrado externa ao programa	5		
Banca de Doutorado externa ao programa	7		
Banca de Qualificação de Doutorado externa ao programa	7		
Orientação de Doutorado em andamento/concluída	15		
Co-orientação de Doutorado em andamento/concluída	5		
Orientação de Mestrado em andamento/concluída	10		
Co-orientação de Mestrado em andamento/concluída	3		
Orientação Iniciação Científica andamento/concluída	3		
Produção - Extensão e outros			
Orientação de TCC 1 e 2	3		
Projeto de Extensão Fapemig, CNPq, Capes - coordenação	5		
Projeto de Extensão Fapemig, CNPq, Capes - participação	3		
Projeto de pesquisa Fapemig, CNPq, Capes - coordenação	5		
Projeto de pesquisa Fapemig, CNPq, Capes - participação	3		
Orientação de bolsista de extensão, treinamento profissional, Jovens Talentos, etc	3		
Ocupação de cargo de chefia (e vice), coordenação (e vice), direção (e vice)...	10		
Participação como membro efetivo de Colegiado, NDE, comissões...	10		
Organização de evento (congresso, seminário, oficina, workshop...)	5		
Representação da Faculdade/UFJF/Curso AUR em comissões externas	3		
Participação em evento externo (curso, palestra...)	3		
Submissão de projetos em editais Fapemig, CNPq, Capes.	3		
TOTAL			

c) Comissão avalia Corpo Técnico-administrativo:

- Adequação da formação e experiência profissional do corpo técnico e administrativo.

d) Comissão avalia Instalações físicas

- Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso.
- Tipologia e quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso.
- Livros - Bibliografia Básica.
- Livros - Bibliografia Complementar.
- Periódicos, bases de dados específicas, revistas e acervo em multimídia.

e) Comissão avalia Organização didático-pedagógica

- Implementação das políticas institucionais constantes no PDI, no âmbito do curso.
- Funcionamento de instância(s) coletiva(s) de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso.
- Coerência do PPC e do currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Adequação e atualização das ementas, programas e bibliografias dos componentes curriculares, considerando o perfil do egresso.
- Adequação dos recursos materiais específicos do curso (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) com a proposta curricular.
- Coerência dos procedimentos de ensino-aprendizagem com a concepção do curso.
- Atividades acadêmicas articuladas à formação: a) prática profissional e/ou estágio; b) trabalho de conclusão de curso (TCC); c) atividades complementares e estratégias de flexibilização curricular.
- Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros).

3.4.5 MECANISMOS DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo do AUR deve ser permanentemente revisto, de modo a estar em sintonia com tendências locais, nacionais e mundiais, no que diz respeito a oportunidades, legislação, meio ambiente, demandas sociais e políticas governamentais e não-governamentais. Para tanto, é preciso estabelecer mecanismos e metas de curto, médio e longo prazos, considerando que não é possível realizar reformas curriculares constantemente, sob o risco de criar uma estrutura confusa e com dificuldades de ordem prática, a começar pela matrícula dos alunos (qual currículo seguir?).

De acordo com o documento ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O ROTEIRO DA AUTOAVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES do SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, são “Requisitos da Avaliação Interna - autoavaliação” (das IES, mas que podem ser estendidas aos cursos):

- Existência de uma equipe de coordenação (Comissão de Autoavaliação).
- Participação dos integrantes da instituição (coletividade do curso AUR).
- Compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES (no caso do curso AUR, Direção da Faculdade de Engenharia).
- Informações válidas e confiáveis (levantadas na Autoavaliação).
- Uso efetivo dos resultados.

A partir da metodologia e dos resultados da Autoavaliação do curso AUR explicitados no presente PPC, os mecanismos de atualização consistem em **reuniões exclusivas de análise de dados e definição de metas**, a saber:

- Reunião do NDE do AUR
- Reunião do Colegiado do AUR
- Reunião do Departamento AUR
- Reunião de Técnico-administrativos
- Reunião do corpo discente - CA e turmas

Ficam estabelecidas as seguintes possíveis modalidades de reforma curricular, quando julgadas necessárias pelo Colegiado, atendendo a anseios de toda a comunidade do AUR:

Reforma Pontual - Fluxo contínuo: inclui ajustes semestrais de ementas, programas, carga horária, pré-requisitos, etc, de acordo com a experiência de alunos e professores.

Reforma Parcial - A cada três anos (tempo de mandato de Coordenador do AUR): inclui avaliação de um conjunto maior de ementas, programas, carga horária, pré-requisitos, etc, que resultem em impactos como, por exemplo: interdisciplinaridade, criação/extinção de disciplinas obrigatórias e divisão/junção de áreas.

Reforma Estruturante - A cada seis anos (tempo igual a dois mandatos de Coordenador do AUR): inclui avaliação de um conjunto maior de ementas, programas, carga horária, pré-requisitos, etc, que resultem em impactos como, por exemplo: interdisciplinaridade, criação/extinção de disciplinas obrigatórias, divisão/junção de áreas.

3.4.6 INTEGRAÇÃO E RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Dentro da nossa realidade em particular, podemos entender a integração por diferentes pontos de vista: (1) aquela afeita internamente, dentro do próprio curso, (2) a do curso com a Unidade (Faculdade de Engenharia) e Universidade, (3) do curso com a sociedade local e (4) do curso com unidades externas - nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da integração dentro do próprio curso, espera-se que com a reestruturação curricular e com a consolidação do corpo docente (através das novas vagas de professores advindas do REUNI) e da infra- estrutura física do curso, possa ser ampliada a discussão acadêmica e a interface entre o corpo docente e discente.

No âmbito das relações universitárias, temos tido apoio tanto da Unidade (Faculdade de Engenharia) como da Universidade, buscando atender às demandas do curso e às necessidades que se impõem.

Em relação à integração com a sociedade, verificamos que a participação dos alunos no mercado de trabalho é um fator expressivo da contribuição do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF na produção de um espaço urbano de melhor qualidade. Podemos notar uma mudança na paisagem urbana após a criação do curso e do início da atuação dos profissionais na cidade, além da ampliação da discussão em torno dessas questões no município de Juiz de Fora.

Outro fator importante é a participação de professores e alunos, em fóruns locais, como representantes em conselhos municipais, ganhando assim mais espaço e capacidade de atuação na região. Há também a participação do Grupo de Educação Tutorial – GET/AUR, do escritório modelo – EMAU/RUA e de diversos Projetos de Extensão que reforçam a integração com a sociedade.

Por fim, a articulação do curso com unidades externas se faz, sobretudo, pela difusão da produção gerada e divulgada através de eventos nacionais e internacionais. Destaca-se que a partir de 2009 foi incrementado o programa de Mobilidade Acadêmica em todas as instituições federais de ensino superior (IFES) do Brasil permitindo ao aluno cursar disciplinas em outras instituições. Existem ainda, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, o curso participa de alguns convênios com Universidades estrangeiras para Intercâmbio estudantil, facilitando o acesso dos alunos a outras culturas e conhecimentos. Dentre eles destacam-se, como mais fortes, os convênios com Portugal e França, através dos quais, cerca de 20 alunos têm sido selecionados a cada ano. Em 2012, xx (dados em fase de levantamento) estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo estão realizando intercâmbio.

3.5 COMUNIDADE DO CURSO

3.5.1 ESTUDANTES

3.5.1.1 FORMA DE ACESSO

O ingresso ao curso é feito em duas modalidades, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e Programa de Ingresso Seletivo Misto/PISM, de acordo com as especificidades listadas no Tópico 2.1.8. Em todas as modalidades de acesso apresentadas, o candidato que pretende fazer o Curso de Arquitetura e Urbanismo na UFJF tem que realizar uma prova de Habilidade Específica que objetiva verificar a aptidão de noções de composição, espacialidade e representação gráfica.

O curso tem atualmente entrada anual de 80 alunos nestes processos seletivos. No momento, existem 313 alunos regularmente matriculados.

3.5.1.2 APOIO

A UFJF possui uma Coordenação de Assuntos Estudantis/CAE conforme indicado no Tópico 2.1.12 da Dimensão Institucional. A Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo promove informalmente recepção aos alunos do primeiro período onde são apresentados o diretor da unidade, da Faculdade de Engenharia, e o Chefe de Departamento. Cada um dá as boas vindas aos alunos no âmbito das suas atribuições que incluem informações relativas a vida acadêmica na UFJF, regulamentos, infraestrutura acadêmica e física do curso, da unidade, da Universidade, entre outros assuntos.

3.5.1.3 REGULAMENTAÇÃO

Nos aspectos acadêmicos, toda a regulamentação no âmbito da Universidade se processa através das resoluções apontadas anteriormente. O curso de Arquitetura e Urbanismo possui normas específicas de Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC (Anexos XI e XII), aprovadas pelo Colegiado do Curso em função da natureza peculiar em relação aos demais cursos de graduação da Universidade.

3.5.1.4 MOBILIDADE E INTERCÂMBIO

3.5.1.4.1 MOBILIDADE ACADÊMICA

O programa de mobilidade estudantil alcança tão somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro e segundo semestres letivos do curso, e possuam, no máximo, uma (01) reprovação por período letivo.

A mobilidade acadêmica tem por objetivo promover o intercâmbio entre as Universidades Federais e proporcionar aos alunos a possibilidade de ampliar seus conhecimentos através das vivências em outras IFES do país.

A Mobilidade Acadêmica aplicada na UFJF não se caracteriza como transferência de Instituição nem de curso. Após dois períodos letivos na instituição receptora, o aluno retorna à sua Instituição de origem, podendo este período ser prorrogado por mais um semestre.

3.5.1.4.2 INTERCÂMBIO

A Universidade possui uma Secretaria de Relações Internacionais/SRI que se constitui no setor responsável pela internacionalização da UFJF. A SRI representa a UFJF no cenário internacional e tem como objetivo central a elaboração e execução de políticas de cooperação internacional, consolidando as estratégias para o crescimento institucional e fomentando a qualificação das atividades acadêmicas de âmbito internacional.

As ações da SRI estão fundamentadas na captação, implementação, consolidação e acompanhamento de convênios, programas e projetos de parcerias universitárias binacionais. A SRI facilita e estimula o intercâmbio de docentes-pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação e a inserção das atividades da UFJF no contexto mundial.

A UFJF possui atualmente 49 convênios com instituições da Ásia (Japão e Rússia), América do Norte (Canadá e Estados Unidos), América do Sul (Argentina), Europa (Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália e Portugal).

3.5.1.5 CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

(Alguns trechos retirados do Estatuto Social do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, escrito e aprovado em Assembleia em 2010) (Anexos XIII e XIV)

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO E FUNÇÃO.

O CACAU tem por finalidades congregar, coordenar e representar os estudantes de Arquitetura e Urbanismo nos mais diversos espaços deliberativos, mantendo diálogo com a Coordenação, Colegiado e Departamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo acerca dos interesses coletivos ou individuais dos alunos, desde que não contraponha as finalidades do CACAU; também promove atividades acadêmicas extracurriculares a fim de incentivar a integração do curso e debates que contribuam pra formação profissional e social dos estudantes; estimula o desenvolvimento de projetos socioculturais, científicos e acadêmicos; trabalha junto com a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA) para garantir qualidade de ensino; informa aos estudantes sobre os assuntos que interfiram na vida acadêmica; participa do movimento estudantil da UFJF de forma independente, crítica e de acordo com os anseios de sua base; entre outros deveres que estão devidamente expressos no Estatuto do CACAU da UFJF.

São Integrantes do Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo todos os estudantes em nível de graduação, regularmente matriculados no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, tendo estes direito a voz e voto nos espaços deliberativos do CACAU.

ORGANIZAÇÃO

REUNIÕES DO CACAU

Acontecem, semanalmente, duas reuniões ordinárias. Todas as terças e quintas, às 13h15, a sala que abriga o CA recebe os estudantes para discutir, encaminhar e deliberar sobre assuntos pertinentes aos estudantes e ao curso no qual estão inseridos.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Durante toda a sua existência, mais do que se fazer presente, o CACAU sempre tomou a iniciativa de trazer ao Curso questões e debates relativos à qualidade do

Ensino. Um pequeno histórico das conquistas do nosso Curso de Arquitetura e Urbanismo que tiveram participação direta do Centro Acadêmico:

I. REPRESENTATIVIDADE E POSICIONAMENTO INTERNO

O CACAU iniciou-se, em 1993, no segundo semestre de existência do curso:

“O CA de Arquitetura, como era chamado, começou no 1º dia de aula de 1993, quando eu entrei. O curso não tinha nada, mas nada mesmo! Professor nem se fala. Sala de aula? Era um bando de 25 alunos perambulando de Agosto de 1992 a Janeiro de 1993, pelos corredores da Faculdade de Engenharia.(...) Esse curso só aconteceu de verdade porque nós tomamos a rédea naquela época! Só para vocês terem uma ideia, nós fizemos a 1ª greve de Estudantes da UFJF, em 1993.” (Depoimento de Claudio Barros, ex-aluno e membro fundador do CA de Arquitetura).

Já em 1996, o CACAU passou a existir com um estatuto convencional, com eleição de corpo administrativo, na forma de chapas, tudo registrado em ata. Porém ficou mais um período em latência, com apenas poucos estudantes tentando levar alguns projetos em frente. Em 2004 o estatuto do CA foi revisto, sua estrutura questionada e então foi proposta a organização horizontal. Assim, desde 2005, o CA funciona de forma autogestionária e se organiza de forma horizontal. De acordo com seu estatuto: “São Integrantes do Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo todos os estudantes em nível de graduação, regularmente matriculados no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, tendo, estes, direito a voz e voto nos espaços deliberativos do CACAU.”.

II. MOVIMENTO ESTUDANTIL

O CACAU é, por sua natureza, movimento estudantil, conseqüentemente, movimento social. Desta forma participa na sociedade independentemente, ou à sua executiva de Curso, a FeNEA, ou ao Diretório Central dos Estudantes da UFJF.

III. ASSUNTOS EDUCACIONAIS

O CACAU traz ao Curso discussões e posicionamentos diretamente relacionados à melhoria da qualidade do nosso ensino, ao participar de outros fóruns que envolvem o ensino de Arquitetura e Urbanismo, como a ABEA, a ANDES, e a própria FeNEA.

CANAL DE COMUNICAÇÃO AGREGADOR E DIVULGADOR DE INFORMAÇÃO

Um dos principais objetivos da organização horizontal no CACAU é evitar a alienação estudantil dos que não participam diretamente do Centro Acadêmico, essa

alienação nada mais é do que falta de informação. Por meio de ferramentas virtuais e físicas, a divulgação da informação proporciona o espaço e expande a discussão e o debate dos assuntos relativos ao Curso de Arquitetura e Urbanismo a todos os estudantes interessados, buscando sempre uma representação mais efetiva. Em muitos momentos, essa criação de espaços de comunicação/divulgação se expande e ultrapassa os limites do Centro Acadêmico, passando, felizmente, a ser realizada não mais somente pelo CACAU, mas por qualquer estudante que queira fazer valer o seu direito de liberdade de expressão.

IV. EVENTOS ACADÊMICOS

Os eventos acadêmicos são momentos que possuem a finalidade de criar espaços de debates e discussões específicas. São atividades extracurriculares que contribuem para a formação profissional e social do discente, promovendo a integração do curso como um todo.

i. Mostra de Arquitetura e Urbanismo MAU

A MAU, a semana acadêmica do CACAU, é um projeto idealizado em 1995 pelos membros do CACAU. Seu formato passou de uma simples apresentação de trabalhos para uma ampla discussão, com palestras e mesas redondas a respeito de temas variados no ensino de arquitetura.

Desde 2006 tem sido um evento anual e normalmente acontece no segundo semestre letivo.

Foram, até hoje, realizadas 15 MAU's:

- I - Mostra de Arquitetura e Urbanismo (1996) ;
- II - A Mineiridade da Arquitetura (1996)
- III - Arquitetura & Entropia (1997)
- IV - Arquitetura & Contemporaneidade (1998)
- V – XXX (?)
- VI – XXX (?)
- VII – XXX (?)
- VIII - O Homem Transformador da Cidade (2003)
- IX - O Importante é a Vida (2004)
- X - Arquitetura Com as Nossas Mãos (2006)

- XI - Reforma Urbana (2007)
- XII - MAU na Massa (2008)
- XIII- Arquitetura Itinerante (2009)
- XIV - Metalinguagem (2010)
- XV - Do Fragmentado ao Fragmento (2011)

ii. **Semana de Recepção**

Semana voltada para a integração e informação dos novos ingressantes ao curso. São desenvolvidos espaços de exposição e apresentação do curso como um todo, além de atividades de discussão, debates e confraternização entre os estudantes.

iii. **Aulas Inaugurais**

Além das aulas inaugurais realizadas pela coordenação, o curso recebeu convidados do CACAU, como: Gustavo Penna, Joao Diniz, Sylvio de Podestá.

iv. **Mesas Temáticas**

O CACAU, no exercício de fomentar as discussões entre os estudantes, convoca mesas que abordem temas diversos, como, Esclarecimentos Sobre A Greve (2012), Esclarecimentos Sobre O SINAES (2011), Os Danos Causados Pela Construção da BR 040 (2011), entre outros.

v. **Confraternizações**

O CACAU tem o dever de promover a integração entre os alunos, para que assim garanta a continuidade de seus objetivos. As confraternizações estudantis são, historicamente, espaços que permitem o reconhecimento dos pares e identificação com as questões do movimento estudantil.

Recorrentemente, ao longo de sua história, o CACAU utilizou o maior símbolo de identidade dos estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, que é o Galpão, para palco tão importante destas confraternizações. O Galpão é parte direta desta história e essencial para a reunião de estudantes.

3.5.2 GRADUADOS

3.5.2.1 OFERTA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A oferta de formação complementar na UFJF restringe-se aos cursos de Pós-Graduação nos níveis *Lato-Sensu* (especialização, MBA, aperfeiçoamento, residências médicas, residências em outras áreas profissionais da saúde e multiprofissionais), *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e de Formação Continuada que compreende cursos de atualização, treinamento e correlatos. Os graduados em Arquitetura e Urbanismo da UFJF têm a sua disposição na própria Universidade o Mestrado Multidisciplinar em Ambiente Construído que engloba professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e de Produção. Numa perspectiva interdisciplinar, os formados podem também se especializar em Segurança do Trabalho, Gestão Social, Análise Ambiental, Auditoria, Regulação de Estabelecimentos de Saúde e Políticas Públicas. Na categoria *Stricto Sensu*, nas demais áreas do conhecimento, é possível fazer Mestrado em História, Ciências Sociais, Ciências da Religião, Psicologia, Comunicação e Serviço Social.

3.5.2.2 MONITORAMENTO DOS GRADUADOS

O Curso possui um dos melhores indicadores da Universidade em relação a taxa de conclusão anual, que varia nestes últimos três anos de 80 a 100%.

3.5.3 DOCENTES

3.5.3.1 INGRESSO, FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

A admissão de docentes na UFJF se processa através de concursos públicos para as categorias de Adjunto, Assistente e, em casos excepcionais, para Auxiliares. A carga horária varia de 20 a 40 horas semanais e os regimes podem ser de Dedicção Exclusiva ou não. Nos últimos concursos, predominam, por determinação do Ministério da Educação, os processos seletivos para professores adjuntos (com doutorado) no regime de dedicação exclusiva.

O quadro de docente dos cursos de graduação apresenta também professores substitutos cujo tempo de contrato de trabalho é de dois anos não renováveis. Ressalta-se que a UFJF está convertendo as vagas destes contratos temporários em professores equivalentes, efetivos através de concursos.

Atualmente, ministram aulas para o curso um total de 36 docentes, dos quais 27 são pertencentes ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo sendo 16 efetivos com dedicação exclusiva, 8 temporários (que serão substituídos por efetivos conforme o governo federal libere as vagas já acordadas), e 1 pertencente à outra universidade e cedido ao quadro em acompanhamento de cônjuge. Além do Departamento AUR, disciplinas ao curso os departamentos de Construção Civil – CCI, Transportes e Geotecnia – TRN, Engenharia Sanitária e Ambiental – ESA e Energia Elétrica – ENE, da Faculdade de Engenharia, dos Departamentos de Geociências – GEO, História – HIS e Ciências Sociais - CSO, do Instituto de Ciências Humanas, o que vem a enriquecer a formação de nossos discentes, pela abertura de olhares oferecida por docentes de formações diversificadas.

Unidade da UFJF	Departamento	Regime de Trabalho	Qualificação	Quantidade
Faculdade de Engenharia	Arquitetura e Urbanismo - AUR	Dedicação exclusiva	Doutor	10
			Mestre	8
		Substituto ou temporário 40 horas	Mestre	6
			Especialização	3
	Construção Civil - CCI	Dedicação exclusiva	Doutor	2
	Transportes e Geotecnia – TRN	Dedicação exclusiva	Doutor	2
	Engenharia Sanitária e Ambiental - ESA	Dedicação exclusiva	Doutor	2
	Energia Elétrica - ENE	Dedicação exclusiva	Doutor	1
Instituto de Ciências Humanas	Geociências – GEO	Dedicação exclusiva	Doutor	1
	Ciências Sociais - CSO	Dedicação exclusiva	Doutor	1
	História - HIS	Dedicação exclusiva	Doutor	1

A lista de todos estes docentes encontra-se no Anexo XV.

Em termos de processos de avaliação, conforme mencionado anteriormente, os docentes da UFJF são avaliados, até o momento, apenas no estágio probatório quando são admitidos nos concursos públicos. Os alunos do Centro Acadêmico/CA do Curso de Arquitetura e Urbanismo realizaram uma avaliação do corpo docente do Curso de 2005 à 2006. Neste momento, o CA está revisando os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

3.5.3.2 INTEGRAÇÃO, DEDICAÇÃO E PERFIL

A distribuição de docentes na UFJF é definida no Conselho Superior, o qual é composto basicamente por representantes das direções das Unidades.

O perfil do corpo docente é predominantemente composto por doutores com titulação concentrada na área de arquitetura e urbanismo. Todos, com exceção de um docente e dos professores substitutos, possuem regime de dedicação exclusiva ao Curso. Estes professores doutores e os demais mestres e especialistas formam cinco grupos de pesquisa os quais são apresentados no **Anexo XVI (em revisão)**.

3.5.4 PESSOAL DE APOIO

O Curso de Arquitetura e Urbanismo integra a Faculdade de Engenharia. Todos os serviços de Secretaria são realizados por esta Unidade.

A Coordenação do Curso possui um TAE e um bolsista cujas cargas horárias semanais são de 30 e de 12 horas, respectivamente.

3.6 INFRAESTRUTURA

3.6.1 CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS

A edificação sede do Curso de Arquitetura e Urbanismo localiza-se na Plataforma 4 da Universidade Federal de Juiz de Fora, em um dos Galpões da Faculdade de Engenharia. Nesta edificação localiza-se a Coordenação do curso, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo - AUR com os gabinetes dos professores, os núcleos de pesquisas coordenados pelos professores do Departamento AUR, os laboratórios que atendem ao curso, o Grupo de Educação Tutorial – GET / AUR, Escritório Modelo EMAU / RUA e o Centro Acadêmico - CACAU.

O curso passou nos últimos 4 anos por um processo de realocação de espaços das atividades de ensino pesquisa e extensão, com vistas à atender à demanda atual do curso, com a ampliação de vagas pelo REUNI e conseqüente contratação de novos professores ao quadro de efetivos, bem como para acompanhar as mudanças por que passa toda a Faculdade de Engenharia, com a criação de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos já existentes, o que ocasionou a necessidade de realocação de áreas e construção de novos blocos de salas de aulas, laboratórios, gabinetes entre outros.

A partir de 2012 as aulas passaram a ser ministradas em um novo bloco – Edifício Engenheiro Itamar Franco, dedicado a salas de aula e auditórios, que atende a toda a Faculdade de Engenharia. Neste mesmo ano foi conduzida uma reforma do andar térreo do galpão da Arquitetura e Urbanismo, que anteriormente abrigava salas de aulas, para adequá-lo às demandas de novos núcleos de pesquisas e extensão, laboratórios e gabinetes de professores (advindos do REUNI).

Ainda em 2012 iniciou-se a construção de um novo bloco da Faculdade de Engenharia que abrigará novas salas de aulas e laboratórios para atender à expansão dos cursos com o REUNI.

LABORATÓRIOS

Os laboratórios têm por objetivo oferecer, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, suporte de infraestrutura e didático ao ensino, pesquisa e extensão envolvendo as atividades do curso AUR e os professores do Departamento AUR. Os laboratórios contam com bolsistas de Treinamento Profissional e de Monitoria, aptos a auxiliarem os alunos nas atividades extraclasse. São eles:

- Laboratório de Representação e Expressão Gráfica em Arquitetura e Urbanismo

Voltado para atividades relacionadas à representação e expressão manuais, conta com cerca de 40 (quarenta) pranchetas e suporte ao desenho e audiovisual para atender às disciplinas, assessoramentos/orientações e pesquisas vinculadas aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

- Laboratórios de Representação e Expressão Digital I e II em Arquitetura e Urbanismo

Voltados para a representação e expressão digitais, cada laboratório conta com cerca de 22 postos com computadores, sendo 12 deles contemplados também com mesas digitalizadoras. Além disso, um posto com computador e mesa digitalizadora é disponibilizado para o professor. No Laboratório de Representação e Expressão Digital I encontra-se ainda uma impressora A3. Os dois laboratórios atendem a disciplinas, assessoramentos/orientações e pesquisas vinculadas aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

- Laboratório de Maquetes e Modelos

Voltado para a elaboração e o estudo de modelos e maquetes, conta com cerca de 20 postos de trabalho e estantes para armazenamento dos produtos e atende a disciplinas, assessoramentos/orientações e pesquisas vinculadas aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

- Laboratório de Prototipagem

Com equipamentos como computador, impressora 3D, máquina de corte a laser e plotter, este laboratório destina-se à prototipagem virtual e fabricação digital, atendendo a disciplinas, assessoramentos/orientações e pesquisas vinculadas aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

- Laboratório de Conforto Ambiental e Sustentabilidade - ECOS

O Laboratório ECOS tem o objetivo de apoiar os alunos no entendimento do conteúdo teórico adquirido nas disciplinas de Conforto Ambiental e sua aplicação prática. O laboratório oferece suporte à aplicação prática de conhecimentos sobre condições climáticas, térmicas, acústicas, luminosas, desempenho de materiais e de sistemas naturais e artificiais, bem como o domínio de técnicas a estes relacionadas, aplicadas ao ambiente construído e urbano. Aspectos relacionados à sustentabilidade permeiam todas as abordagens no ensino pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do laboratório. São disponíveis para empréstimo aos alunos, decibelímetros, luxímetros, termohigrômetros entre outros, como suporte à aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, bem como para apoio a atividades de campo e diagnósticos desenvolvidos em outras disciplinas do curso, à condição de que o aluno tenha cumprido os pré-requisitos das disciplinas de conforto, que abordarão os conhecimentos necessários ao uso adequado dos equipamentos. Alguns equipamentos mais sofisticados, como decibelímetro (com medição de LAeq), medidor de stress térmico, termômetro de globo, entre outros, são oferecidos para uso acompanhado e supervisionado pelos professores coordenadores do laboratório. O laboratório conta ainda com computadores com programas de conforto instalados para uso na disciplina de conforto e disponível aos alunos que já cursaram as disciplinas e portanto dominam os conceitos necessários para sua utilização adequada, sem os quais, o uso pode ser considerado prejudicial podendo levar a erros de entrada de dados e de interpretação.

3.6.1.1 QUANTIDADE E DISPONIBILIDADE

O bloco de salas de aula - Engenheiro Itamar Franco conta com um total de 24 salas de aula 100m², distribuídas em três pavimentos, onde o curso de Arquitetura e Urbanismo ocupa todo o 3º andar, somando oito salas de aula (800m²). Quatro auditórios estão disponíveis para toda a Faculdade de Engenharia, para uso em seminários, palestras, congressos e outras atividades afins.

Além disso, no galpão da arquitetura localizam-se, dedicados ao curso AUR, 6 Laboratórios, 1 Escritório de Apoio Técnico, 8 Núcleos de Pesquisa e Extensão, 1 Sala de Reunião, 1 Sala da Chefia, 1 Sala da Coordenação, 1 Sala para o Centro Acadêmico e 10 salas de professores. A listagem das salas segue abaixo:

Térreo:

- 102 – Escritório de Apoio Técnico
- 103 – Laboratório de Prototipagem
- 104 – Laboratório de Expressão e Representação Digital 2
- 105 – Laboratório de Expressão e Representação Digital 1
- 106 – Produção do Ambiente Construído Urbano (Luciane, Antônio Agenor) | NEAS (Núcleo de Estudos Arquitetura e Sociedade _Luciane, Emmanuel, Mônica, Milena, Fabiana, Fernando)
- 107 – GET
- 108 – LEAUD (Grupo de Pesquisa das Linguagens e Expressões da Arquitetura, Urbanismo e Design_ Jorge, Frederico, Fernando)
- 109 – Gabinete de Professores Raquel Portes | Aline Marques
- 110 – Laboratório de Maquetes e Modelos
- 111 – Laboratório de Representação e Expressão Gráfica em Arquitetura e Urbanismo

2º Andar:

- 203 –Chefia de Departamento
- 204 – Rearq Biblioteca
- 205 – Professores Mauro Campello | Raquel Braga
- 206 – Rearq (Mauro e Raquel)
- 207 – Professores Jorge Arbach | Gustavo Abdalla
- 208 – Urbanismo MG (Fabio, Raquel)
- 209 – Professores Rogério Amorim| Sueli Braga

- 210 – Ágora (Frederico, Jorge e Klaus)
- 211 – Professores Antonio Colchete | Klaus Chaves
- 212 – Ágora (Antonio, Gustavo e Emmanuel) / NEHab (Núcleo de Estudos em Habitação_ Letícia, Gustavo, Elvira, Emmanuel, Lívia, Luciane, Mônica)
- 213 – Sala de reuniões
- 214 – Laboratório ECOS
- 215 – Professores Emmanuel Pedroso, Fabiana Tavares, Fernando Lima, Milena Andreola e Monica Olender
- 217 – Professores Elvira Ribeiro| Letícia Zambrano
- 219 – Professores Antonio Agenor | Fabrício Fontenelle
- 221 – Professores Frederico Braidá| Luciane Tasca
- 223 – Professores Fabio Lima

3.6.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca Universitária (BU) está localizada no centro do Campus Universitário, no segundo andar do prédio que abriga em seu primeiro andar a Reitoria, as Pró-Reitorias, agências bancárias e, Central de Atendimento da UFJF. A Biblioteca Setorial que guarda os títulos relativos ao Curso de Arquitetura encontra-se na Faculdade de Engenharia.

Os alunos também podem consultar o acervo (livros, monografias, teses, publicações avulsas, periódicos, etc.), realizar empréstimos de exemplares, reservas e acompanhar toda a sua situação através da internet, no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA).

O SIGA Biblioteca é também uma grande ferramenta para catalogação, utilizando o padrão internacional MARC 21. O sistema é todo parametrizado, o que facilita a adequação às políticas e padrões adotados pela UFJF.

Atualmente a BU e as demais bibliotecas setoriais da universidade contam com acervo específico em Arquitetura e Urbanismo, que vem sendo ampliado gradativamente, tendo atualmente 1224 títulos.

3.6.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE.

A Universidade Federal de Juiz de Fora criou uma Coordenação de Acessibilidade para a promoção de políticas de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Esta Comissão será responsável por elaborar um Projeto de Inclusão que participará do processo de seleção do Programa Incluir, que visa consolidar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE com ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de educação superior.

Será proposta a criação de núcleos de acessibilidade, para implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras comportamentais, pedagógicas, físicas e de comunicação entre os alunos.

Os núcleos de acessibilidade facilitarão o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

A IES promoveu concurso público, conforme Edital nº. 029/2009 – PRORH, para a seleção de Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais que auxiliará nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e executará outras tarefas de mesma natureza.

Os professores e funcionários estão sendo capacitados para a recepção e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Há, ainda, proposta para a adaptação dos currículos de todos os cursos de graduação ao Código Braille, com vista à maior inclusão dos discentes portadores de deficiência visual.

Por fim, destacamos que o novo prédio do Instituto de Ciências Humanas – ICH foi pensado com vistas à promoção da acessibilidade, sendo que o seu projeto prevê rampas de acesso, elevadores e banheiros adaptados.

Oferta da disciplina “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”.

A disciplina de *LIBRAS* será oferecida aos discentes de todos os cursos da UFJF, como componente curricular opcional nos Bacharelados e como componente curricular obrigatório nas Licenciaturas, conforme preceitua o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A Pró-Reitoria de Graduação encaminhou ao Conselho de Graduação da UFJF a proposta de criação da disciplina, que foi aprovada pela Resolução CONGRAD nº. 71/2008, em anexo.

Destacamos que a disciplina de *LIBRAS* é oferecida regularmente pela Faculdade de Educação junto ao Curso de Pedagogia, constando da grade curricular como disciplina do 6º período.

Logo, os alunos do curso de A podem cursar a Língua Brasileira de Sinais nas dependências da Faculdade de Educação, bastando o requerimento de matrícula.

Ressaltamos que a UFJF criou cargos para um docente e para um intérprete de *LIBRAS*, sendo que o Professor Carlos Henrique Rodrigues e a Intérprete Carla Couto de Paula Silvério, aprovados nos concursos realizados no ano de 2009, foram nomeados pelas Portarias PRORH/UFJF/MEC nº. 972 de 21/12/2009 (item B.1.2) e nº. 985 de 29/12/2009 (item C, XIX), respectivamente.

Além disso, o plano de ensino da disciplina de *LIBRAS* está em processo de reformulação, a fim de que possa atender a todos os cursos da instituição, presenciais e a distância.

Ocorre, ainda, o desenvolvimento de Projeto de Extensão denominado **“Metodologia de Ensino de Libras como Segunda Língua”**, curso que visa apresentar e discutir teorias, propostas e estratégias didático-pedagógicas do ensino de primeira e segunda língua a partir da construção e aplicação de diferentes perspectivas metodológicas do ensino de língua com foco para o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes.

ANEXOS

ANEXO I

Estatuto da UFJF

ANEXO II

Regulamento acadêmico

ANEXO III

Primeiro currículo do curso

ANEXO IV

Currículo vigente

ANEXO V

Proposta Matriz Curricular 2012

ANEXO VI (Em etapa de revisão. Será disponibilizado em breve)

Matriz de cruzamento das Habilidades e Competências do MEC com as Disciplinas do Curso

ANEXO VII (Em etapa de revisão. Será disponibilizado em breve)

Matriz de cruzamento dos Campos de Atuação previstos no CAU com as Disciplinas do Curso

ANEXO VIII

Disciplinas eletivas oferecidas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo

ANEXO IX

Manual de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF

ANEXO X

Resolução nº 018/2002 - Flexibilização dos Currículos de Graduação

ANEXO XI

Manual de Trabalho de Conclusão de Curso I

ANEXO XII

Manual de Trabalho de Conclusão de Curso II

ANEXO XIII

Estatuto Social do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo - CACAU

ANEXO XIV

Apresentação do Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo – CACAU

ANEXO XV

Lista de docentes

ANEXO XVI (Em etapa de revisão. Será disponibilizado em breve)

Grupos de pesquisa